

Mecanismo Independente de Avaliação

Relatório de resultados Brasil
2021-2023

Open
Government
Partnership



Independent
Reporting
Mechanism

Resumo executivo

Nove dos 12 compromissos do 5º Plano de Ação do Brasil alcançaram resultados iniciais moderados. Coincidindo com as eleições e as transições políticas subsequentes, o período de implementação foi reduzido para 12 meses. Apesar das relações tensas entre a sociedade civil e o executivo, o movimento de governo aberto do Brasil continuou a avançar, o que ressalta o processo da OGP como um espaço resiliente para a participação e a ação coletiva.

Resultados iniciais

Não houve resultados iniciais significativos na implementação do 5º Plano de Ação nacional da OGP do Brasil, embora 9 dos 12 compromissos tenham alcançado resultados iniciais moderados. As partes interessadas apontaram os efeitos duradouros da pandemia da COVID-19, um período de implementação mais curto, eleições e as relações tensas entre a sociedade civil e o executivo como fatores que limitaram os resultados iniciais.

Entre os compromissos que obtiveram resultados iniciais moderados, este relatório destaca aqueles que promoveram a abertura governamental em áreas que estavam sob ameaça ou que eram um próximo passo relevante de planos de ação anteriores. Os compromissos 1 (sobre acesso a dados ambientais de qualidade) e 10 (sobre divulgação de dados de licenciamento ambiental) promoveram transparência e discussões abertas sobre questões ambientais. O Compromisso 8 (sobre a promoção da ciência aberta) deu continuidade à liderança regional do Brasil em ciência aberta e desenvolveu o trabalho do plano anterior. Além disso, esses compromissos se diferenciaram por produzirem resultados e recomendações específicos com a participação ativa das partes interessadas envolvidas.

Conclusão

Metade dos compromissos (6) deste plano de ação foi substancialmente concluída, dois foram totalmente concluídos e quatro tiveram progresso limitado. No geral, o nível de conclusão é comparável aos planos de ação anteriores¹, sem diferenças notáveis nos níveis de conclusão entre os temas prioritários da sociedade civil e do governo. Na maioria dos casos, os compromissos totalmente concluídos se beneficiaram da participação ativa das partes interessadas (Compromisso 8), da capacidade da agência líder de promover mudanças (Compromisso 1) e de uma clara continuação do trabalho de um marco para o outro. Aqueles com conclusão limitada não entregaram um produto final que incorporasse as expectativas do compromisso (Compromisso 2), tiveram coordenação contínua e participação fraca que impediram a entrega de resultados cocriados (Compromisso 6) ou atrasaram significativamente pelo devido processo (Compromissos 7 e 11).

Participação e cocriação

A cocriação e a implementação do 5º Plano de Ação atenderam aos requisitos mínimos dos Padrões de Participação e Cocriação da OGP.² Dois órgãos compõem o Fórum Multissetorial da OGP do Brasil: o Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) supervisiona o processo da OGP e o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GT da Sociedade Civil) assessora esse comitê. O CIGA esteve ativamente envolvido durante a cocriação, mas reduziu sua participação durante a

VISÃO GERAL DA IMPLEMENTAÇÃO

NÍVEL DE CONCLUSÃO

9/12

Compromissos completos ou substancialmente completos

RESULTADOS INICIAIS

9/12

Compromissos com resultados iniciais

0/12

Compromissos com resultados significativos

CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS MÍNIMOS

Atua de acordo com o processo da OGP.

implementação.³ Durante todo o ciclo do plano de ação, o GT da Sociedade Civil teve influência limitada e permaneceu como um órgão consultivo do CIGA, sem poder de voto.⁴ A Controladoria-Geral da União (CGU) coordena as operações do fórum de múltiplas partes interessadas.

Como nos ciclos anteriores do plano de ação, a implementação teve um envolvimento menos ativo da sociedade civil no monitoramento do progresso e das agências governamentais no avanço dos marcos acordados. As mudanças organizacionais e individuais no governo e na sociedade civil trouxeram obstáculos à implementação, dada a necessidade de reiniciar as conversas e reorientar os novos participantes. Os representantes da sociedade civil entrevistados expressaram desafios como prioridades concorrentes, recursos limitados, ações normativas explícitas que limitaram os espaços cívicos e relacionamentos tensos com o executivo. Além disso, o período eleitoral reduziu a disponibilidade de funcionários do governo e representantes da sociedade civil. A pandemia da COVID-19 também representou desafios, embora as modalidades virtuais tenham sido adotadas com sucesso. O papel da CGU foi destacado como vital para enfrentar esses desafios por ter estabelecido boas práticas, como reuniões frequentes de monitoramento e envio de relatórios de progresso para cada compromisso.

Implementação no contexto

O fórum de multissetorial do Brasil decidiu reduzir o período de implementação do ciclo 2021-2023 de dois anos para apenas um ano (de janeiro a dezembro de 2022). Isso foi feito para garantir que o plano de ação seguinte estivesse em sincronia com os planos e prioridades do governo federal para a administração de 2023, após as eleições de outubro de 2022.⁵ No entanto, o IRM avaliou o progresso da implementação até meados de 2023, de acordo com o cronograma original.

A coordenação estável e experiente da CGU, bem como o comprometimento de indivíduos dentro dos órgãos governamentais e da sociedade civil, permitiram que o plano avançasse o governo aberto e influenciasse as políticas nacionais até certo ponto. Um dos principais resultados do quinto plano foi manter o movimento de governo aberto apesar de um contexto político desafiador e do auge da pandemia da COVID-19, o que exigiu a adaptação a uma modalidade virtual. O processo da OGP demonstrou sua resiliência como um espaço para o avanço do governo aberto com uma notável expansão dos espaços cívicos para a tomada de decisões e o desenvolvimento de uma Estratégia Federal de Governo Aberto⁶ após as eleições, que aprimorou ainda mais as práticas de governo aberto e proporcionou uma correção de curso para as deficiências participativas que envolveram o quarto e o quinto ciclos do plano de ação.

¹ Para o 3º e 4º planos de ação, respectivamente 62,5% e 72,3% dos compromissos foram total ou substancialmente concluídos. O 5º Plano de Ação teve 66,7% dos compromissos nessas categorias. Consulte Fabro Steibel, "IRM End-of-Term Report: Brazil 2016-2018," Open Government Partnership, 2 de outubro de 2020, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2020/10/Brazil_EOTR_2016-2018_EN.pdf; Christiana Soares de Freitas e Pedro Espallat, "IRM Transitional Results Report: Brasil 2018-2020", Parceria para Governo Aberto, a ser publicado.

² Para obter conformidade durante a cocriação, consulte a Seção III: Participação e cocriação da Revisão do Plano de Ação. Consulte Luciana Tuszal, "Revisão do Plano de Ação do IRM: Brasil 2021-2023," Open Government Partnership, 10 de janeiro de 2024, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2024/01/Brazil_Action-Plan-Review_2021-2023_EN.pdf. Para conformidade durante a implementação, consulte a Seção III deste relatório.

³ Controladoria-Geral da União, entrevista realizada pelo Pesquisador do IRM, 9 de abril de 2024.

⁴ Para obter informações adicionais, consulte a Seção III deste relatório.

⁵ Controladoria-Geral da União, entrevista.

⁶ Exemplos de expansão do espaço cívico sob a nova administração são: (1) O plano plurianual (PPA) 2024-2027, que funciona como o principal instrumento de planejamento orçamentário do governo federal, aumentou seus componentes de participação cidadã, com uma mobilização relatada de 32 mil pessoas; (2) O Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) foi estabelecido - na prática, uma expansão de um conselho anterior - com 30 membros da sociedade civil e maior escopo; (3) Um sistema de participação social interministerial, criado pelo Decreto Executivo nº 11.407/2023, estabelecerá um Escritório de Participação Social e Diversidade dentro de cada ministério para coordenar o diálogo entre o governo e a sociedade civil; (4) Um Conselho de Participação Social, formado pelo Decreto Executivo nº 11.406/2023, servirá como uma entidade consultiva direta para o presidente com 68 representantes diversos da sociedade civil; (5) Como resultado de uma avaliação em colaboração com a OCDE, a CGU está desenvolvendo uma Estratégia Federal de Governo Aberto. Informação confirmada recebida da Controladoria-Geral da União, correspondência com o pesquisador do IRM, 24 de janeiro de 2024.

Índice

Seção I: Principais observações	4
Seção II: Implementação e resultados iniciais	7
Seção III. Participação e cocriação	15
Seção IV. Metodologia e indicadores do IRM	18
Anexo I. Dados por compromisso	20

Seção I: Principais observações

Observação 1: Os planos de ação nacionais são um espaço cívico resiliente para o avanço do governo aberto e do trabalho político. Os participantes entrevistados do governo e da sociedade civil concordaram que uma das principais conquistas do 5º Plano de Ação foi a preservação dos princípios do governo aberto, apesar de enfrentarem um contexto político resistente a isso e em meio a um espaço cívico em erosão e ao crescente cansaço da sociedade civil em envolver o poder executivo. Também houve evidências documentadas de um aumento nas violações dos direitos humanos e da proteção ambiental.⁷ Apesar disso, os órgãos governamentais e a sociedade civil continuaram a colaborar e avançaram nas práticas de governo aberto e na promulgação de mudanças de políticas em áreas ameaçadas. Os Compromissos 1, 5 e 10 alcançaram resultados iniciais moderados no aumento da transparência e da participação cívica em questões ambientais, enquanto o Compromisso 4 estabeleceu a base para o Observatório de Violação de Direitos Humanos, lançado pela nova administração em dezembro de 2023.

Observação 2: O Brasil tem estruturas participativas complexas e sobrepostas que supervisionam o governo aberto. As transições políticas em janeiro de 2023 introduziram ações importantes que devem moldar as práticas de governo aberto no Brasil, incluindo a criação do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC), bem como do Conselho de Participação Social.⁸ Esses conselhos prometem mudanças positivas para aumentar significativamente a participação da sociedade civil em várias áreas, mas falta certeza em relação à hierarquia, aos procedimentos e à coerência com outros espaços participativos semelhantes. O IRM destaca especificamente a falta de clareza em relação às funções do CTICC e do Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA),⁹ embora a Controladoria-Geral da União (CGU) tenha observado que o CTICC é um conselho consultivo, enquanto o CIGA tem autoridade para tomar decisões. No entanto, a sociedade civil só tem poder de voto no CTICC. Na cocriação do futuro 6º Plano de Ação, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GT da Sociedade Civil) foi convocado pelo CTICC em vez do CIGA, com uma representação ampliada de três para nove membros da sociedade civil.¹⁰

A CGU mencionou que a convocação do GT da Sociedade Civil por meio do CTICC permitiu abordar as deficiências participativas dos membros e acelerar o processo de cocriação.¹¹ No entanto, o IRM considera que expandir a participação da sociedade civil no CIGA e dotá-la de poder de voto resolveria melhor as deficiências. Esse é o caso em outros países da OGP, como o México (onde os membros do MSF da sociedade civil têm direito a voto) e o Uruguai (onde as decisões do MSF são baseadas em consenso). O Brasil também poderia considerar replicar o modelo de Conselho de Estado Aberto da Costa Rica, que inclui outros ramos do governo e a sociedade civil como membros votantes ou observadores permanentes.¹² No Brasil, a participação do poder legislativo poderia ser institucionalizada e aprimorada com uma voz na tomada de decisões, enquanto o CTICC poderia desempenhar uma função de assessoria ou consultoria. Avaliar e, em seguida, esclarecer as funções e a composição desses conselhos poderia ajudar a simplificar a supervisão e a participação, especialmente porque a sociedade civil destacou vários desafios que limitam sua capacidade de engajamento, como tempo e recursos limitados, prioridades concorrentes, bem como a clareza das funções e do apoio.

Observação 3: A coordenação comprometida e institucionalizada é decisiva para os planos de ação nacionais e outras iniciativas de governo aberto. A CGU tem ampla experiência em liderar a coordenação de planos de ação, tendo liderado o engajamento da OGP no Brasil desde 2011. A CGU desempenhou um papel fundamental no monitoramento e no incentivo à implementação dos compromissos. Os participantes entrevistados do governo e da sociedade civil destacaram as reuniões bimestrais de monitoramento e os relatórios trimestrais de progresso da CGU como vitais para a obtenção de resultados no 5º Plano de Ação. O CGU também lidou com o contexto político e com as mudanças institucionais e de liderança em muitos órgãos do governo, inclusive ele próprio, envolvendo e informando constantemente os atores sobre as últimas atualizações. A experiência e a dedicação da equipe da CGU foram evidentes e necessárias para coordenar os diversos atores das áreas de políticas que participaram do quinto plano, auxiliados por seu

escopo de trabalho que vai além do processo da OGP. Em 2022, a CGU colaborou com a OCDE e publicou uma Análise de Governo Aberto do Brasil,¹³ , que identifica vários pontos fortes e fracos e as principais recomendações que informaram uma Estratégia Federal de Governo Aberto. A CGU também foi fundamental na criação e coordenação do CTICC e do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (SITAI) da Administração Pública Federal.¹⁴

Observação 4: A forte liderança das agências governamentais e o apoio ativo da sociedade civil na implementação das reformas produziram resultados positivos. Os compromissos liderados por instituições governamentais e ativamente apoiados pela sociedade civil produziram resultados positivos. Os Compromissos 1, 8 e 10 compartilhavam o fator comum de ter coordenadores com capacidade institucional e poder para promover mudanças. Por outro lado, o Compromisso 5 enfrentou desafios, apesar da coordenação eficaz da agência líder em planos anteriores, devido à falta de controle sobre os conjuntos de dados agrícolas e a que dependem da receptividade e da disposição de outras instituições para promover mudanças. Da mesma forma, o Compromisso 6 enfrentou dificuldades devido à participação insuficiente de outros órgãos governamentais que detinham os bancos de dados necessários, apesar da experiência e da disposição da agência líder em integrar informações sobre o uso e a venda de propriedades federais.

Observação 5: O período de implementação reduzido levou a resultados iniciais mais fracos, embora muitos compromissos pudessem alcançar mais resultados se continuassem a ser implementados. Para o quinto plano, os compromissos tinham apenas 12 meses para implementação, em vez de 24, como nos planos anteriores. Apesar disso, muitos compromissos estabeleceram as bases para a obtenção de impacto, embora, em muitos casos, o trabalho não tenha continuado após a conclusão oficial do plano ou tenha sido feito em ritmo reduzido. O Compromisso 1 estabeleceu um plano de ação com resultados claros, mas sua conclusão está atrasada. O Compromisso 2 definiu os temas e a estrutura de governança para uma ferramenta anticorrupção colaborativa, cujo trabalho de base e as lições aprendidas podem informar uma versão aprimorada que atenda às prioridades da sociedade civil. O Compromisso 5 propôs o envolvimento de instituições especializadas, como o Ministério Público e o Escritório Nacional de Proteção de Dados, para resolver questões pendentes sobre a abertura de bancos de dados agrícolas. O Compromisso 6 não apresentou resultados iniciais notáveis, o que dá continuidade a uma tendência de compromissos ineficazes de transparência fundiária e indica a necessidade de autoavaliação. O Compromisso 7 desenvolveu um catálogo de dados para facilitar o monitoramento social, mas as ações foram interrompidas no estágio de validação, o que cumpriria as ações pendentes do compromisso de aumentar o monitoramento social dos dados de saúde e melhorar ainda mais a plataforma do observatório nacional de segurança da saúde. O Compromisso 8 fez progressos ao propor métricas de avaliação alternativas, mas exige implementações de casos de usuários. O Compromisso 10 não conseguiu criar mecanismos de feedback técnico para os usuários de dados, o que indica que confiar apenas nas leis de acesso à informação ou em portais de sugestões pode ser insuficiente se os governos, como guardiões dos dados, quiserem que a sociedade utilize-os ativamente para uma melhor supervisão social e como um caso de sucesso para os dados abertos. O Compromisso 11 definiu a estrutura para um Conselho de Usuários de Dados Abertos, mas não conseguiu estabelecê-lo.

⁷ "Relatório da Anistia Internacional: Brasil 2022," Amnesty International, acessado em 27 de março de 2024, <https://www.amnesty.org/en/location/americas/south-america/brazil/report-brazil>; Robbie Gramer, "Who owns the Earth's lungs? The battle to save the Amazon goes beyond Brazil," Foreign Policy, 9 de dezembro de 2022, <https://foreignpolicy.com/2022/12/09/amazon-rainforest-climate-change-deforestation-bolsonaro-lula>.

⁸ Para obter mais informações sobre o CTICC, consulte "Decreto Executivo nº 11.528," Governo do Brasil, 16 de maio de 2023, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11528.htm. O Conselho de Participação Social é uma entidade de assessoria direta ao presidente em assuntos relacionados à participação cívica na implementação de políticas públicas, composta por 68 representantes diversos da sociedade civil. Consulte "Decreto Executivo No. 11.406," Governo do Brasil, 31 de janeiro de 2023, <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.406-de-31-de-janeiro-de-2023-461369516>.

⁹ "Decreto Executivo nº 11.528", Governo do Brasil.

¹⁰ "Repositório Brasileiro de Grupos de Trabalho da Sociedade Civil," Controladoria-Geral da União, acessado em 27 de março de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-no-brasil/grupo-de-trabalho-da-sociedade-civil>.

¹¹ Para obter mais detalhes, consulte a Seção III deste relatório.

¹² Para obter mais informações, consulte "Comisión Nacional para un Estado Abierto de Costa Rica," Governo da Costa Rica, acessado em 27 de março de 2024, <https://www.gobiernabierto.go.cr/cnea>.

¹³ "Open Government Review of Brazil: Towards an Integrated Open Government Agenda," Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 21 de junho de 2022, <https://doi.org/10.1787/3f9009d4-en>.

¹⁴ Para obter mais informações sobre o SITA, consulte "Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação", Controladoria-Geral da União, acessado em 27 de março de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/integridade-publica/sitai>.

Seção II: Implementação e resultados iniciais

A seção a seguir analisa os três compromissos que o IRM identificou como tendo os resultados mais sólidos da implementação. Para avaliar os resultados iniciais, o IRM se referiu aos compromissos identificados como promissores na Revisão do Plano de Ação como ponto de partida. Após a verificação das evidências de conclusão, o IRM também levou em conta os compromissos que não foram considerados promissores, mas que, conforme implementados, produziram resultados predominantemente positivos ou significativos.

Compromisso 1: Acesso a dados ambientais de qualidade

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Observatório Ambiental do Conselho Nacional de Justiça, Brasil.IO, Imaflora, InfoAmazonia e Observatório do Código Florestal (OCF).

Contexto e objetivos

O Compromisso 1 deu continuidade ao forte enfoque ambiental dos planos de ação do Brasil.¹⁵ Esse foi o segundo tema mais votado durante o processo de consulta e é um compromisso prioritário da sociedade civil.¹⁶ Como produtoras e guardiãs de dados ambientais, as instituições públicas têm um sólido histórico de transparência, incluindo os detentores do compromisso no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que vem publicando dados sistematicamente desde 1979.¹⁷ No entanto, os usuários de bancos de dados ambientais expressaram preocupações quanto à confiabilidade dos dados e à dificuldade de realizar análises devido à falta de padronização e integração, exigindo o acesso a várias fontes e sites.¹⁸ O objetivo desse compromisso era reunir os guardiões (o governo) e os usuários (a sociedade civil) para co-criar recomendações para melhorar e integrar os bancos de dados ambientais. Essas ações permitiriam que a sociedade civil monitorasse melhor as questões ambientais e aumentasse a transparência e a acessibilidade das principais informações.¹⁹ O IRM expressou preocupação com relação ao nível de ambição desse compromisso na Revisão do Plano de Ação devido ao fato de seus marcos descreverem o desenvolvimento de um plano de ação em vez da implementação de determinadas ações.²⁰

Resultados iniciais: Moderados

O Compromisso 1 concluiu todos os seus seis marcos e obteve resultados iniciais moderados ao transformar a cultura de governo aberto dentro das instituições envolvidas, desenvolvendo um plano criado em conjunto com ações específicas institucionalizadas por meio de uma portaria oficial e demonstrando evidências claras de execução contínua em colaboração com a sociedade civil. As organizações da sociedade civil envolvidas apresentaram ao governo uma lista de 15 bancos de dados prioritários para integração e aprimoramento (Marco 1).²¹ Desses, 13 eram gerenciados por instituições públicas também envolvidas na implementação do compromisso. Em seguida, a sociedade civil identificou os principais obstáculos que encontrou como usuários (Marco 2), que incluíam dados incompletos e inconsistentes, falta de um unificador comum, ausência de granularidade em nível municipal, falta de georreferenciamento, dicionários de dados incompletos, filtros de dados limitados, longo tempo de atualização e outros.²² Essas deficiências impediram que a sociedade civil monitorasse com eficácia questões estratégicas, como o desmatamento e o uso da terra.²³ Seguiu-se um diálogo iterativo para revisar e avaliar a viabilidade das recomendações da sociedade civil (Marco 3).²⁴ Para o IBAMA, uma das principais preocupações era alinhar as recomendações da sociedade civil com os planos institucionais de melhoria de dados.²⁵ Tanto a sociedade civil quanto os agentes do governo entenderam que a mudança dos sistemas de TI, muitos dos quais foram estabelecidos há décadas, exigiria tempo, recursos e alinhamento com as agendas institucionais e os planos aprovados.²⁶

O compromisso entregou com sucesso um plano de ação criado em conjunto (Marco 4), que tem 33 pontos de ação classificados por impacto, complexidade e prioridade com atores específicos do governo e da sociedade civil identificados como responsáveis, além de um cronograma para conclusão (Marco 6). Discussões sobre padrões técnicos para integração de dados (Marco 5) estavam presentes,²⁷ com o plano de ação tendo sido concluído até o segundo trimestre de 2024 devido a transições políticas.²⁸ Considerando as evidências revisadas para as ações

descritas anteriormente, o IRM considera o compromisso como concluído, com o resultado final de um plano de ação totalmente cumprido.²⁹

Apesar de o compromisso ter sido originalmente classificado como pouco ambicioso na Revisão do Plano de Ação,³⁰ ele apresentou resultados iniciais moderados durante a implementação. As partes interessadas destacaram uma mudança de cultura que levou a uma colaboração maior e contínua.³¹ O compromisso começou como reativo, com as organizações da sociedade civil apresentando suas preocupações e o governo apontando várias limitações para abordá-las, observando que as ferramentas e políticas de dados existentes já atendiam a muitas das solicitações.³² O momento de mudança foi um evento de dois dias realizado em setembro de 2022, com a participação de 30 pessoas, com equilíbrio entre representantes da sociedade civil e do governo.³³ Esse evento permitiu que as partes interessadas passassem a usar uma energia mais colaborativa que reconhecia os problemas das OSCs e os situava dentro do que era viável para as instituições públicas. O plano incluía ações a serem desenvolvidas pela sociedade civil ou em consulta com ela. Além disso, o plano foi oficialmente institucionalizado no IBAMA com uma portaria em março de 2023.³⁴ De acordo com um dos coordenadores de compromisso do IBAMA, foi a primeira vez que eles se engajaram em ser a organização líder em um processo de envolvimento direto com a sociedade civil e, embora tenha havido um período de ajuste, isso enriqueceu a instituição.³⁵ O IRM também confirmou que essa colaboração estava em andamento após o período do 5º Plano de Ação.³⁶ Várias ações foram realizadas, como a melhoria dos dicionários de dados, incluindo filtros de banco de dados e desagregação em nível municipal e, o mais importante, a publicação de dados georreferenciados melhores sobre as autorizações ambientais florestais (AUTEX).³⁷

Diversos fatores facilitadores contribuíram para o sucesso e o impacto do compromisso. Primeiro, o IBAMA, como líder do compromisso, era a instituição responsável pela gestão de muitos dos bancos de dados identificados pelas OSCs, e foi receptivo à colaboração.³⁸ Em segundo lugar, todas as partes tinham expectativas claras do que poderia ser realizado, dado o prazo de implementação de um ano do 5º Plano e o contexto político.³⁹ Terceiro, o IBAMA tem trabalhado e lançou um plano de dados abertos que analisa ações para melhorar seus bancos de dados com linhas orçamentárias específicas.⁴⁰ Isso permitiu que eles incluíssem as recomendações das OSCs em uma agenda contínua e financiada. Por fim, os participantes do compromisso mantiveram o trabalho além da conclusão oficial do Plano de Ação Nacional. Eles se concentraram em atualizar as novas autoridades e fazer com que se interessassem pelo compromisso, obtendo uma portaria emitida durante a nova administração.⁴¹

Olhando para o futuro

Tanto a sociedade civil quanto o governo confirmaram a colaboração contínua para avançar na implementação do compromisso e expressaram interesse em aprimorar ainda mais os dados ambientais. O IRM reconhece a importância de manter o ritmo e concluir as ações acordadas. A formalização de colaborações com a sociedade civil por meio de mecanismos como um conselho consultivo de dados ou formatos semelhantes é fundamental para a realização de mudanças mais significativas.

Compromisso 8: Promover a ciência aberta

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Contexto e objetivos

A promoção da ciência aberta tem uma longa história no Brasil, que remonta ao início dos anos 2000.⁴² Desde então, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e outras organizações têm promovido o acesso aberto à pesquisa científica.⁴³ No Brasil, 95% da produção científica é feita por universidades públicas⁴⁴ e existe uma agenda de pesquisa robusta financiada por órgãos públicos.⁴⁵ Portanto, a falta de acesso à pesquisa científica representa um problema de transparência e responsabilidade para o governo em geral.

O tema da ciência aberta foi incluído pela primeira vez no 4º Plano de Ação Nacional, no Compromisso 3, para estabelecer mecanismos de governança de dados científicos e aumentar a infraestrutura de dados abertos. Com a experiência positiva e o impacto obtido no plano anterior, houve um desejo de continuar promovendo a ciência aberta na estrutura do Plano de Ação.⁴⁶ O compromisso 8 do 5º Plano de Ação buscou incentivar a ciência aberta propondo novos mecanismos de avaliação para a comunidade de pesquisa científica.⁴⁷ Como produtores de publicações científicas e de conjuntos de dados, os pesquisadores devem ser incentivados a adotar a ciência aberta. O acesso a publicações e a dados abertos são dois aspectos fundamentais do movimento da ciência aberta.⁴⁸ No entanto, o sistema de avaliação científica no Brasil (Qualis) está condicionado a métricas de número de citações.⁴⁹ Para receber uma boa avaliação, a comunidade científica não tem alternativa a não ser tentar publicar em periódicos altamente citados e em agregadores que geralmente usam *paywalls*, restringindo o acesso aberto à pesquisa científica.⁵⁰ Essa avaliação também informa a remuneração, a promoção, o prestígio, os financiamentos, etc. dos pesquisadores. Além disso, essas avaliações Qualis afetam as classificações dos programas em cada instituição educacional brasileira, o que pode levar a um menor acesso a recursos.⁵¹ O compromisso considerou essa estrutura de avaliação existente como um desafio para incentivar a ciência aberta e estabeleceu como meta principal oferecer mecanismos alternativos aos pesquisadores e suas instituições.

Na Revisão do Plano de Ação, o IRM destacou o compromisso como promissor devido aos seus esforços contínuos, ao potencial de revisão das diretrizes de pesquisa para projetos financiados com recursos públicos e à possibilidade de incentivar ainda mais a adoção da ciência aberta por instituições públicas e pesquisadores.⁵²

Resultados iniciais: Moderados

O compromisso alcançou resultados iniciais moderados no avanço da ciência aberta no Brasil, com o potencial de aumentar a transparência e a responsabilidade. Agora existem propostas de métricas alternativas que fazem parte mais ativamente das discussões de avaliação em agências governamentais e universidades. O compromisso também avançou o conceito de ciência cidadã⁵³ e levou ao lançamento de um observatório de ciência aberta. Ele também teve um forte componente participativo, com cerca de 36 organizações envolvidas do governo, da sociedade civil e do meio acadêmico.⁵⁴ De acordo com o líder do compromisso, a cocriação e a riqueza de pensamentos diversos fizeram parte do compromisso do início ao fim.⁵⁵

O compromisso foi substancialmente concluído, com trabalho realizado em todos os marcos (embora nem todos tenham produzido um resultado final ou de fácil compreensão⁵⁶). Dez dos 11 marcos do compromisso buscaram cocriar e validar métricas de avaliação alternativas já existentes ou recém propostas, enquanto o marco restante concentrou-se no lançamento de um observatório de ciência aberta. Durante a implementação, vários marcos foram combinados, devido a sinergias e a limitações de tempo.⁵⁷

A etapa 2 forneceu critérios específicos para avaliar os repositórios de ciência aberta com relação a dados abertos, licenciamento, infraestrutura e interface.⁵⁸ Para a etapa 3, as partes interessadas do compromisso propuseram diretrizes para incluir critérios de ciência aberta nas decisões de financiamento para pesquisa. Os Marcos 4, 6, 8 e 10 avançaram nos esforços para medir o impacto da pesquisa científica e incluir métricas alternativas no sistema Qualis. Especificamente, o grupo de trabalho apresentou uma compilação de indicadores e um estudo comparativo destacando o descompasso entre o impacto observado e o esperado quando se confia muito nas citações como métrica de avaliação.⁵⁹ Além disso, o compromisso avançou o conceito de ciência cidadã ao propor um modelo de avaliação que incentiva seu uso (Marco 5).⁶⁰ Houve validação e disseminação ativas das métricas propostas. Foi realizada uma pesquisa para validar e refinar essas métricas alternativas (Marcos 1 e 7),⁶¹ e vários eventos foram realizados para aumentar a conscientização pública sobre a ciência aberta e o trabalho do compromisso (Marco 7).⁶² Essas atividades de engajamento e divulgação abordam diretamente as recomendações do IRM na Revisão do Plano de Ação. Também há evidências de discussões avançadas para criar métricas alternativas para produtos técnicos, tecnológicos e artísticos (Marco 11), que, embora não façam parte da avaliação Qualis, ainda são contribuições científicas relevantes.⁶³ O Observatório também foi concluído e lançado em ocabr.org/pt-br/search (Marco 9).

O compromisso teve resultados iniciais moderados no avanço da ciência aberta no Brasil. O avanço de métricas alternativas é uma ação fundamental para incentivar a adoção da ciência aberta, pois as métricas consideram uma abordagem mais multidimensional com fatores quantitativos e qualitativos para avaliar a produção científica.⁶⁴ As métricas alternativas de avaliação propostas potencialmente incentivam pesquisadores e instituições a adotar práticas de ciência aberta e, portanto, aumentar o acesso. Se as métricas alternativas forem adotadas, o compromisso também poderá levar a uma melhor prestação de contas dos fundos públicos e dos funcionários públicos envolvidos na pesquisa científica. Além disso, o compromisso aprimorou a governança dos repositórios de dados estabelecidos no Plano de Ação anterior⁶⁵, propondo critérios de avaliação que servem como uma lista de verificação prática para administradores de repositórios, com um guia oficial que deverá ser publicado em 2024.⁶⁶ O observatório de ciência aberta lançado é uma etapa importante no monitoramento do progresso da ciência aberta no Brasil. De acordo com o líder do governo, eles esperam que o observatório se torne uma ferramenta útil para monitorar as diversas ações que estão acontecendo na ciência aberta e mostrar o impacto claro desse trabalho.⁶⁷

No entanto, como os mecanismos alternativos são apenas propostas, o impacto avaliado do compromisso é reduzido até que esses mecanismos sejam implementados. Além disso, o observatório continua sendo um piloto com uma falta de clareza sobre seu uso potencial pelos cidadãos. O IRM destacou anteriormente essa falta de especificidade da ferramenta como um desafio para a obtenção de resultados tangíveis.⁶⁸

Olhando para o futuro

Observa-se que esse compromisso concluiu significativamente um grande número de marcos complicados, apesar do período de implementação de um ano. Para que o compromisso alcance um impacto significativo e sustentável, os órgãos governamentais e as universidades precisam adotar essas propostas alternativas de avaliação de métricas. Além disso, embora o Brasil seja um dos principais países da região em pesquisa, não possui uma lei nacional sobre ciência aberta, ao contrário de seus vizinhos Argentina e Peru, e de outros líderes regionais, como o México.⁶⁹ Um ponto de partida mais imediato é aproveitar os esforços existentes do compromisso. Os documentos finais que descrevem as métricas propostas poderiam ser refinados para maior clareza e compreensão de todas as partes interessadas e dos cidadãos em geral e, em seguida, publicados oficialmente, por exemplo, no site do observatório. Da mesma forma, o observatório poderia ser aprimorado com mais orientações sobre sua finalidade e sobre como usá-lo.

Compromisso 10: Divulgação de dados de licenciamento ambiental

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), Fiquem Sabendo.

Contexto e objetivos

As questões ambientais são fundamentais no Brasil, dada a sua condição de grande participante do setor global de agronegócios e detentor de 60% da floresta amazônica.⁷⁰ Nos ciclos anteriores do plano de ação, a sociedade civil e os cidadãos trouxeram repetidamente temas ambientais para o processo da OGP no Brasil. Dois dos três compromissos do Brasil relacionados ao meio ambiente no 4º Plano de Ação tiveram conclusão limitada e nenhum resultado inicial notável.⁷¹ Para o quinto plano, as preocupações eram ainda mais urgentes, dada a deterioração relatada das ações de proteção ambiental e o aumento das atividades de desmatamento.⁷² Esse compromisso visava melhorar a transparência e a acessibilidade aos dados de licenciamento ambiental federal e fortalecer as interações com os usuários do banco de dados. Os problemas identificados foram a dificuldade de estruturar os dados disponíveis, de interagir com as interfaces existentes, de exportar em formatos de dados abertos e a falta de canais de feedback dos usuários.⁷³ Em sua Revisão do Plano de Ação, o IRM destacou o compromisso como promissor, dado o potencial de avanço do governo aberto em um aspecto ambiental importante.⁷⁴

Resultados iniciais: Moderados

O Compromisso 10 cocriou uma interface que permite um melhor acesso e download de dados de licenciamento ambiental em formatos abertos, aumentando a capacidade da sociedade civil

de monitorar as atividades ambientais causadas pelo homem. Ele também contou com a participação ativa da sociedade civil e de órgãos governamentais durante toda sua implementação. O compromisso buscou envolver a sociedade civil e os usuários para informar diversas atividades técnicas e voltadas para o desenvolvimento de sistemas. Há evidências de mecanismos de envolvimento com a sociedade civil, incluindo diálogo iterativo, um fórum e um grupo focal (Marco 1).⁷⁵ Os usuários compartilharam percepções sobre seus usos de dados, necessidades, familiaridade com a localização dos dados, facilidade de acesso e muito mais.⁷⁶ Os aspectos mais técnicos, incluindo a definição dos requisitos técnicos da interface (Marco 2), o mapeamento do processo de licenciamento atual (Marco 3) e o estabelecimento de protocolos de sistemas de dados abertos (Marco 5), foram alcançados com o envolvimento e a supervisão da sociedade civil.⁷⁷ A entrega final foi realizada com o lançamento da interface no início de 2023 (Marco 7).⁷⁸ A interface foi integrada como parte de um painel do Pamgia, uma plataforma do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que facilita a análise pública, as visualizações e o monitoramento de temas ambientais.⁷⁹ No entanto, marcos importantes que visavam permitir que os usuários relatassem omissões/erros de dados (Marco 4) e os conectassem diretamente com as unidades técnicas responsáveis pelos dados (Marco 6) permaneceram pendentes.⁸⁰ Essas ações tiveram pouco progresso além das discussões internas e de uma apresentação do Fala.BR,⁸¹ uma ferramenta federal existente que permite aos usuários exigir acesso a informações ou dar sugestões.⁸²

As atividades realizadas no âmbito do Compromisso 10 melhoraram a disponibilidade e o acesso aos dados federais de licenciamento ambiental por meio da criação de um ponto de acesso centralizado. Nas consultas do Marco 1, a maioria (57,9%) dos entrevistados expressou a necessidade de utilizar a Lei de Acesso à Informação para obter informações.⁸³ Um membro do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GT da Sociedade Civil) do quinto plano destacou um aumento significativo na disponibilidade de dados de licenciamento ambiental como resultado do compromisso,⁸⁴ refletindo a mudança em relação aos seus estágios iniciais. A interface também cumpriu diretamente a meta de permitir a extração de dados em formatos de dados abertos.⁸⁵ Além disso, o compromisso fortaleceu o relacionamento entre os provedores de dados e os usuários, envolvendo-os em discussões sobre a construção de uma interface que atenda às suas possibilidades e demandas. Embora os mecanismos de feedback contínuo não tenham sido desenvolvidos, o compromisso foi reconhecido pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelos atores do GT da Sociedade Civil como um avanço na transparência e na qualidade do diálogo entre a sociedade civil e o governo.⁸⁶ O lançamento da interface no início de 2023 também reflete como o grupo continuou colaborando apesar do fim oficial do quinto plano. Considerando esses resultados iniciais, o compromisso avança moderadamente os princípios de governo aberto de transparência e participação cívica no licenciamento ambiental federal.

O Compromisso 10 apresentou desafios comuns compartilhados em todo o plano, como o ano eleitoral e o período de implementação reduzido. Também compartilhou desafios recorrentes em compromissos relacionados à abertura de dados ambientais, já que justificativas de sigilo comercial e pessoal foram usadas para explicar a incapacidade de divulgar certas informações solicitadas pela sociedade civil, como detalhes sobre a propriedade de indivíduos e organizações envolvidos em atividades ambientais.⁸⁷ Um fator facilitador foi o fato de o IBAMA, o líder do compromisso, ser responsável pelos dados de licenciamento ambiental. Essa diferença serve como uma observação importante sobre a necessidade de ter como líderes de compromisso as organizações responsáveis pela implementação da maior parte das ações. Além disso, o IBAMA já contava com a plataforma Pamgia, o que facilitou o cumprimento das metas do compromisso. O Compromisso 10 também foi uma prioridade definida pelo governo, com planejamento e apoio avançados, o que facilitou a realização de sua entrega final.⁸⁸

Olhando para o futuro

Para que os dados ambientais sejam mais acessíveis e garantam o monitoramento adequado pela sociedade civil, os órgãos federais com jurisdição para melhor avaliar se a abertura de conjuntos de dados viola ou não as disposições de sigilo precisam estar mais ativamente envolvidos.

Além disso, o valor do monitoramento cidadão ficou evidente nos compromissos ambientais deste plano (por exemplo, Compromissos 1, 5 e 10). Como usuários dos dados, eles têm percepções valiosas para compartilhar com os produtores das informações. Uma próxima etapa

natural seria a implementação dos mecanismos de feedback descritos no Compromisso 10. Um caminho em potencial é alavancar a plataforma Fala.BR, mas ela deve ser validada pela sociedade civil como um mecanismo que fornece feedback mais tecnicamente orientado para relatar omissões e erros de dados.

¹⁵ O 5º Plano de Ação tem três compromissos (1, 5 e 10) com foco ambiental. O 4º Plano de Ação também tinha três compromissos (8, 9 e 10) que promoviam ações de transparência no uso da terra, avaliação de políticas de mudança climática e monitoramento do gerenciamento de recursos hídricos. O 3º Plano de Ação tinha um compromisso (15) relacionado à transparência em questões ambientais.

¹⁶ "5º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto," Controladoria-Geral da União, 2021, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/5-plano-acao-nacional-30-03-2022.pdf>; Luciana Tuszel, "IRM Action Plan Review: Brazil 2021-2023," Open Government Partnership, 10 de janeiro de 2024, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2024/01/Brazil_Action-Plan-Review_2021-2023_EN.pdf.

¹⁷ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), entrevista com o pesquisador do IRM, 5 de fevereiro de 2024.

¹⁸ IBAMA, entrevista; "5º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto do Brasil", Controladoria-Geral da União; Imaflora, entrevista por IRM Researcher, 1 de março de 2024; Observatório do Código Florestal (OCF), entrevista por IRM Researcher, 4 de março de 2024.

¹⁹ IBAMA, entrevista; Imaflora, entrevista; OCF, entrevista.

²⁰ Tuszel, "Revisão do Plano de Ação do IRM: Brasil 2021-2023", Parceria para Governo Aberto.

²¹ Consulte o Marco 1 em: "Compromisso 1: Informações e documentos relacionados ao compromisso", Controladoria-Geral da União, acessado em 27 de março de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-1-meio-ambiente-e-floresta/meio-ambiente-e-floresta-monitoramento-e-execucao>.

²² Ver Marco 2 em: "Compromisso 1, Informações e documentos relacionados ao compromisso", Controladoria-Geral da União; "Portaria N. 66", IBAMA, 31 de março de 2023, <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=139294>.

²³ Imaflora, entrevista.

²⁴ Consulte os Marcos 3 e 4 em: "Compromisso 1: Informações e documentos relacionados ao compromisso", Controladoria-Geral da União. O IBAMA respondeu oficialmente às preocupações da sociedade civil em uma nota técnica. O diálogo iterativo para discutir e priorizar ações foi realizado, em sua maior parte, em um evento presencial de dois dias com os detentores dos compromissos. Entrevistas com o IBAMA e o Imaflora destacaram a presença de um diálogo iterativo.

²⁵ IBAMA, entrevista.

²⁶ IBAMA, entrevista; Imaflora, entrevista.

²⁷ Consulte os Marcos 2, 3 e 4 em Relatório de execução do compromisso (7 de fevereiro de 2023) e Notas de reunião (12 de dezembro de 2022) em: "Compromisso 1: Informações e documentos relacionados ao compromisso", Controladoria-Geral da União.

²⁸ "Portaria N. 66," IBAMA; IBAMA, entrevista; Imaflora, entrevista; OCF, entrevista.

²⁹ No relatório de autoavaliação do governo, o Marco 6 foi marcado como 50% concluído, pois incorporou o progresso até dezembro de 2022, enquanto a avaliação do IRM considerou evidências até meados de 2023.

³⁰ Tuszel, "Revisão do Plano de Ação do IRM: Brasil 2021-2023", Parceria para Governo Aberto.

³¹ IBAMA, entrevista; Imaflora, entrevista; OCF, entrevista.

³² Imaflora, entrevista; Veja Marco 3 em: "Compromisso 1: Informações e documentos relacionados ao compromisso", Controladoria-Geral da União. O pesquisador do IRM analisou a nota técnica apresentada pelo IBAMA como resposta às recomendações da sociedade civil (Marco 3) e concluiu de forma semelhante que a posição do governo foi reativa no início e menos flexível na acomodação das questões e recomendações da sociedade civil.

³³ IBAMA, entrevista; Imaflora, entrevista; Veja Marco 4 em: "Compromisso 1: Informações e documentos relacionados ao compromisso", Controladoria-Geral da União.

³⁴ "Portaria N. 66," IBAMA; IBAMA, entrevista.

³⁵ IBAMA, entrevista; "3º Plano de Ação do Brasil," Controladoria-Geral da União, 14 de dezembro de 2016, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/central-de-conteudo/documentos/3o-plano-de-acao-versao-final.pdf> O IBAMA participou de diferentes conselhos que incluem a sociedade civil, mas nenhum como organização líder, incluindo a participação no Compromisso 15 no 3º Plano de Ação como uma entidade de apoio.

³⁶ IBAMA, entrevista; Imaflora, entrevista.

³⁷ IBAMA, entrevista; Imaflora, entrevista.

³⁸ IBAMA, entrevista; Imaflora, entrevista; Veja Marco 1 em: "Compromisso 1: Informações e documentos relacionados ao compromisso", Controladoria-Geral da União.

³⁹ IBAMA, entrevista; Imaflora, entrevista; OCF, entrevista. O contexto político refere-se à tensão entre a sociedade civil e o governo Bolsonaro, bem como ao período de implementação que coincide com o ciclo eleitoral.

⁴⁰ "Ibama publica seu Plano de Dados Abertos 2022-2023," Controladoria-Geral da União, fevereiro de 2022, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2022/02/ibama-publica-plano-de-dados-abertos-2022-2023>; "5º Plano de Ação Nacional para Governo Aberto do Brasil," Controladoria-Geral da União. Além disso, a descrição do compromisso específica que cerca de 12 milhões de reais estavam disponíveis para a melhoria do banco de dados.

⁴¹ IBAMA, entrevista; Imaflora, entrevista; "Portaria N. 66," IBAMA.

⁴² Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), entrevista por pesquisador do IRM, 2 de fevereiro de 2024; "Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica," IBICT, 2005, <https://livroaberto.ibict.br/Macnifesto.pdf>.

⁴³ IBICT, entrevista; "Manifesto brasileiro em apoio ao livre acesso à informação científica", IBICT.

⁴⁴ Mariluce Moura, "Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil," Academia Brasileira de Ciências, 15 de abril de 2019, <https://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respodem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil>.

⁴⁵ O Brasil tem várias instituições que promovem ou realizam pesquisas, como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

⁴⁶ Christiana Soares de Freitas e Pedro Espailat, "Relatório de Resultados Transitórios do IRM: Brasil 2018-2020", Parceria para Governo Aberto, a ser publicado; IBICT, entrevista. O IRM analisou o compromisso de ciência aberta do 4º Plano de Ação como tendo resultados "importantes". Seus resultados trouxeram transformações notáveis no âmbito das políticas de ciência aberta no Brasil. Ele permitiu a colaboração para promover uma cultura de transparência e responsabilidade na produção científica, garantindo a divulgação pública de dados científicos. O ambiente positivo e o impacto desse compromisso anterior servem de inspiração para nos unirmos em outro compromisso.

⁴⁷ Consulte o Compromisso 8 em: "5º Plano de Ação Nacional do Brasil sobre Governo Aberto", Controladoria-Geral da União.

⁴⁸ Paola Andrea Ramirez e Daniel Samoilovich, "Ciencia Abierta en América Latina," [Ciência Aberta na América Latina], UNESCO & Foro Abierto de Ciencias Latinoamerica y Caribe, março de 2022, <http://forocilac.org/wp-content/uploads/2022/03/PolicyPapers-CienciaAbierta-ES-v2.pdf>.

⁴⁹ IBICT, entrevista. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação do Ministério da Educação do Brasil responsável pela avaliação das instituições de graduação e pós-graduação. A CAPES publica o Qualis, que é seu próprio sistema de avaliação de periódicos, influenciado pelos métodos existentes de indexação de citações de periódicos. Os pesquisadores e respectivas instituições que publicam em periódicos mais citados (geralmente avaliados com um Qualis mais alto) são mais bem avaliados. Para obter mais informações sobre o sistema Qualis, consulte: Daniel Martínez-Ávila, "Qualis Periódicos: o sistema brasileiro de avaliação de periódicos", Anuário ThinkEPI, 17 de janeiro de 2019, <https://doi.org/10.3145/thinkepi.2019.e13e01>.

⁵⁰ A questão dos *paywalls* em publicações científicas foi bem documentada. Para obter mais informações, consulte Miranda Dixon-Luinenburg, "Tearing down the academic research paywall could come with a price," Vox, 18 de setembro de 2022, <https://www.vox.com/future-perfect/2022/9/18/23356630/open-science-academic-research-paywall-biden>.

⁵¹ IBICT, entrevista. Especificamente sobre iniciativas para arrecadar fundos e receber subsídios nacionais e internacionais.

⁵² Tuszel, "Revisão do Plano de Ação do IRM: Brasil 2021-2023", Parceria para Governo Aberto.

⁵³ A ciência cidadã refere-se ao envolvimento dos cidadãos na definição e no engajamento em agendas de pesquisa e é um dos pilares mais recentes da ciência aberta. Com base na definição usada pela UNESCO (2021) e na definição fornecida no Marco 5 do documento final disponível em https://drive.google.com/file/d/1fnYM6fN7bdLj2_Lucl1qiC6RhOq2jaH/view.

⁵⁴ "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União, 2023, https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/brazil-end-of-term-self-assessment_5p.pdf.

⁵⁵ IBICT, entrevista.

⁵⁶ Consulte o entregável da Etapa 8, que englobou o trabalho relevante para as Etapas 4 e 6 em https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1DUil6WGUCdkqjDjN3fEGIOUbl1FGbP_K.

⁵⁷ Consulte "Relatório de implementação do Compromisso 8", Controladoria-Geral da União, 29 de novembro de 2022, https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-8-transparencia-em-ciencia-novos-mecanismos-de-avaliacao-para-o-avanco-da-ciencia-aberta/monitoramento_8-4_29nov2022.pdf.

⁵⁸ Baseado em: "Guia de Critérios de Avaliação para Repositório de Dados e Publicações," IBICT, acessado em 16 de fevereiro de 2024, <https://docs.google.com/document/d/1m35QqeFeDc9hOvgurP01ATsYZ5acmrP3/edit>.

⁵⁹ A evidência fornecida é vasta, pois muitos documentos foram criados. Para as diretrizes de financiamento (Marco 3), há uma lista de recomendações para incentivar a discussão e dar os primeiros passos para incluir a ciência aberta como um critério nessas decisões de financiamento. Consulte <https://drive.google.com/drive/folders/1dHrGXe0vyewJUBwJitCVfygai5GLOiz>. Os Marcos 4, 6, 8 e 10 avançam no trabalho de medir o impacto da pesquisa científica e das alternativas a serem incluídas no sistema Qualis. Foi apresentada uma lista de indicadores relacionados ao impacto das métricas da ciência aberta. Entretanto, para uma pessoa não familiarizada com o assunto, eles não são tão claros. Por exemplo, há documentos que mostram as métricas propostas para avaliar o acesso, os dados abertos, o processo transparente de revisão por pares e outros.

Consulte https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1DUil6WGUCdkqjDjN3fEGIOUbl1FGbP_K. Para a etapa 10, consulte <https://docs.google.com/document/d/1wkhwCUMQiuNi27WHsTN-a4CMu6BV049p/edit>. O compromisso tinha seu próprio repositório, com um link no repositório oficial que leva até lá, consulte <https://wiki.rnp.br/pages/viewpage.action?pagelId=164663114>. Todos os documentos foram acessados em 16 de fevereiro de 2024.

⁶⁰ Com base em evidências de ciência cidadã fornecidas em https://drive.google.com/file/d/1fnYM6fN7bdLj2_Lucl1qiC6RhOq2jaH/view, acessado em 16 de fevereiro de 2024.

⁶¹ A pesquisa elaborada está disponível em https://docs.google.com/document/d/1HoIK2fPXv24t_ZXZD7isJZ9Uz5cyPQ7f/edit, acessada em 16 de fevereiro de 2024.

⁶² Veja as evidências dos eventos em https://docs.google.com/spreadsheets/d/1qbKn22gPThZTiCg06kveTJPPvVbTIJAJ_2JZfbAN_8eA/edit#gid=0, acessado em 16 de fevereiro de 2024. O IRM também verificou que todos os marcos tiveram apresentações e atividades de divulgação.

⁶³ IBICT, entrevista. Para evidências do Marco 11, consulte https://drive.google.com/drive/folders/1fMILVuEoHdFaY_T8nmxkdefd2eluaGgQ, acessado em 16 de fevereiro de 2024.

- ⁶⁴ Ramirez e Samoilovich, "Ciencia abierta en América Latina" UNESCO & Foro Abierto de Ciencias Latinoamerica y Caribe. <http://forocilac.org/wp-content/uploads/2022/03/PolicyPapers-CienciaAbierta-ES-v2.pdf>
- ⁶⁵ De Freitas, "Relatório de Resultados Transitórios do IRM: Brasil 2018-2020", Parceria para Governo Aberto.
- ⁶⁶ IBICT, entrevista.
- ⁶⁷ IBICT, entrevista.
- ⁶⁸ Tuszel, "Revisão do Plano de Ação do IRM: Brasil 2021-2023", Parceria para Governo Aberto.
- ⁶⁹ Ramirez e Samoilovich, "Ciencia abierta en América Latina," UNESCO & Foro Abierto de Ciencias Latinoamerica y Caribe.
- ⁷⁰ "The Amazon Rainforest Location," World Wildlife Fund, acessado em 1º de março de 2024, <https://www.wwf.org.uk/where-we-work/amazon#:~:text=Nearly%2060%25%20of%20the%20rainforest,an%20overseas%20territory%20of%20France;>
- ⁷¹ "Agro do Brasil No Mundo - Retrospectiva 2022," Ministério da Agricultura, acessado em 1º de março de 2024, <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/campanhas/expirados/retrospectiva-2021/agro-do-brasil-no-mundo>.
- ⁷² O IRM avaliou os Compromissos 8 e 9 como tendo conclusão limitada e nenhuma mudança nas práticas de governo aberto. Consulte De Freitas, "Relatório de Resultados Transitórios do IRM: Brasil 2018-2020", Parceria para Governo Aberto.
- ⁷³ Robbie Gramer, "Who owns the Earth's lungs? The battle to save the Amazon goes beyond Brazil", Foreign Policy, 9 de dezembro de 2022, <https://foreignpolicy.com/2022/12/09/amazon-rainforest-climate-change-deforestation-bolsonaro-lula>.
- ⁷⁴ Consulte o Compromisso 5 em: "5º Plano de Ação Nacional do Brasil sobre Governo Aberto", Controladoria-Geral da União.
- ⁷⁵ Tuszel, "Revisão do Plano de Ação do IRM: Brasil 2021-2023", Parceria para Governo Aberto.
- ⁷⁶ Com base no relatório de execução do Compromisso 10 do site, o pesquisador do IRM também analisou evidências que mostram as medidas tomadas para incluir a sociedade civil e outros grupos na definição da interface. Consulte https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/compromisso10-governo-aberto-no-licenciamento-ambiental-federal/rse_10-6_09jan2022.pdf; https://drive.google.com/drive/folders/1Elx7mQ4TU_wqHDD2FtNNofqxVYG-DXP, ambos acessados em 1º de março de 2024.
- ⁷⁷ Com base em relatórios parciais de atividades em março de 2022.
- ⁷⁸ Consulte https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/compromisso10-governo-aberto-no-licenciamento-ambiental-federal/rse_10-6_09jan2022.pdf; https://drive.google.com/drive/folders/1Elx7mQ4TU_wqHDD2FtNNofqxVYG-DXP, ambos acessados em 1º de março de 2024; Transparência Brasil, correspondência com o pesquisador do IRM, 4 de março de 2024.
- ⁷⁹ Consulte https://pamgia.ibama.gov.br/pamgia_homolog/?page=Licenciamento-Ambiental&views=Sobre%2CExibir-5%2CLicenciamento-Ambiental-Federal%2CPain%C3%A9is, acessado em 21 de março de 2024.
- ⁸⁰ Para acessar o painel de licenciamento ambiental, os usuários só precisam selecionar o tema em "Temas" em <https://pamgia.ibama.gov.br/home>.
- ⁸¹ Essas ações pendentes referem-se especificamente aos Marcos 4 e 6 do Compromisso 10. Na autoavaliação, elas foram marcadas com 0% de conclusão. No sexto relatório de execução, também há evidências de que não houve avanços além das discussões internas. Ver "5º Plano de Ação Nacional para Governo Aberto do Brasil," Controladoria-Geral da União; "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil," Controladoria-Geral da União.
- ⁸² Consulte <https://falabr.cgu.gov.br/web/home>.
- ⁸³ As evidências dessas discussões e apresentações podem ser encontradas em "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União.
- ⁸⁴ Com base em relatórios parciais de atividades em março de 2022.
- ⁸⁵ Transparência Brasil, correspondência.
- ⁸⁶ Os usuários podem fazer o download dos dados na guia "Dados Abertos" em https://pamgia.ibama.gov.br/pamgia_homolog/?page=Licenciamento-Ambiental&views=Sobre%2CExibir-5%2CLicenciamento-Ambiental-Federal%2CDados-Abertos----, acessado em 1º de março de 2024.
- ⁸⁷ Controladoria-Geral da União (CGU), entrevista por pesquisador do IRM, 5 de abril de 2024; Controladoria-Geral da União (CGU), correspondência com pesquisador do IRM, 9 de abril de 2024; Transparência Brasil, correspondência.
- ⁸⁸ CGU, entrevista; OCF, entrevista; Transparência Brasil, correspondência.
- ⁸⁹ Transparência Brasil, correspondência.

Seção III. Participação e cocriação

Apesar dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19, pelas prioridades governamentais concorrentes e pela erosão do espaço cívico, a agenda do governo aberto permaneceu ativa e registrou alguns avanços em alguns temas. A liderança da Controladoria-Geral da União na coordenação do processo de OGP e o apoio consistente de algumas partes interessadas individuais foram fundamentais para manter o engajamento ativo e navegar pelo contexto político mais amplo.

O Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA), composto por 13 órgãos executivos do governo, liderou o processo de OGP no Brasil para o quinto ciclo do plano de ação.⁸⁹ A participação da sociedade civil foi facilitada por meio de um Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GT da Sociedade Civil), um grupo consultivo do CIGA, embora sem poder de voto oficial.⁹⁰ Os membros do GT da Sociedade Civil consistiam em quatro organizações da sociedade civil, uma associação profissional, um sindicato de trabalhadores e uma entidade representativa do setor acadêmico.⁹¹ O CIGA e o GT da Sociedade Civil formam o Fórum Multissetorial (MSF), de acordo com o Padrão de Participação e Co-criação da OGP.⁹² A Controladoria-Geral da União (CGU), que tem sido uma parte constante do processo da OGP desde o 1º Plano de Ação, continuou a coordenar o engajamento no MSF.⁹³

Dois grupos de trabalho da sociedade civil existiram durante o quinto período do plano de ação: o segundo GT da Sociedade Civil (2019-2021) liderou a cocriação do plano de ação e o terceiro GT da Sociedade Civil (2022-2023) monitorou sua implementação.⁹⁴ Ambos os grupos tinham membros idênticos, embora os representantes individuais tenham mudado várias vezes.⁹⁵ Foi realizado um processo de seleção aberto para estabelecer o segundo GT da Sociedade Civil, no qual as organizações da sociedade civil apresentaram suas candidaturas e foram votadas por meio de uma eleição virtual em 2018.⁹⁶ O terceiro GT da Sociedade Civil foi uma extensão do segundo e foi oficialmente estabelecido em abril de 2022 como um grupo temporário até a conclusão do plano. No entanto, ele não observou um processo de seleção aberto,⁹⁷ o que a CGU atribuiu a restrições de tempo, exacerbadas pelo período de implementação reduzido de apenas 12 meses.⁹⁸

O Brasil atendeu aos requisitos mínimos da OGP para a cocriação. Manteve um fórum multissetorial na forma do GT da Sociedade Civil e do CIGA. Um total de 142 indivíduos (representando 41 organizações da sociedade civil e 38 instituições públicas) participou do processo de cocriação,⁹⁹ durante o qual uma resposta fundamentada sobre o feedback do público foi usada para esboçar a minuta do plano de ação.¹⁰⁰

Durante a implementação, o governo manteve um repositório on-line para divulgar informações ao público que eram atualizadas com frequência.¹⁰¹ O MSF recebeu atualizações de compromissos a cada dois ou três meses, também publicadas no portal de monitoramento de cada compromisso.¹⁰² As reuniões de monitoramento eram realizadas a cada dois meses, envolvendo a CGU, as instituições públicas e os detentores de compromissos da sociedade civil. No entanto, o pesquisador do IRM observou que as organizações da sociedade civil nem sempre estavam presentes. A CGU confirmou que os convites eram enviados com três meses de antecedência, e as atas das reuniões eram enviadas a todas as partes interessadas relevantes¹⁰³, além de publicadas no portal.¹⁰⁴ A CGU produziu uma autoavaliação aprovada pelo CIGA em consulta com o GT da Sociedade Civil e com as partes interessadas comprometidas.¹⁰⁵

De modo geral, o MSF desempenhou um papel ativo durante todo o ciclo do 5º Plano de Ação, embora com mais frequência diretamente por meio do CGU e do GT da Sociedade Civil do que de instituições governamentais individuais.¹⁰⁶ O CIGA esteve menos envolvido durante o período de implementação e não se reuniu com tanta frequência.¹⁰⁷ Houve algumas mudanças de pessoal dentro da CGU, mas não houve impactos negativos notáveis no processo da OGP,¹⁰⁸ observando especialmente que tanto a cocriação quanto a implementação do plano de ação ocorreram durante um período em que a sociedade civil sentiu ataques constantes e sistemáticos do poder executivo federal e uma erosão na transparência e nos espaços cívicos.¹⁰⁹ Por exemplo, o Decreto N. 9.759/2019 limitou a criação de qualquer grupo consultivo ou similar ao governo federal a um período máximo de um ano,¹¹⁰ o que efetivamente limitou a participação

cívica no quarto e no atual planos de ação.¹¹¹ A nova administração revogou o decreto em 1º de janeiro de 2023.¹¹²

A pandemia da COVID-19 forçou as partes interessadas a recorrer a modalidades on-line durante todo o período de cocriação e a maior parte dos períodos de implementação. Além das prioridades concorrentes, isso trouxe novos desafios para reunir e coordenar as partes interessadas.¹¹³ A CGU desempenhou um papel fundamental no monitoramento e no incentivo ao progresso de cada compromisso e na divulgação de informações para o MSF e para o público em geral. As partes interessadas destacaram para o IRM que a CGU teve um desempenho excelente para avançar a agenda do governo aberto e para lidar com as tensões políticas gerais.¹¹⁴

O envolvimento da sociedade civil e das instituições governamentais variou entre os diferentes compromissos e é descrito em cada narrativa de compromisso na Seção II e no Anexo I. Os compromissos sobre questões ambientais, que corrigem a falta de participação e colaboração evidenciada no 4º Plano de Ação nacional em alguns dos compromissos relacionados ao meio ambiente, tiveram maior participação do que outros.¹¹⁵ Da mesma forma, o compromisso de ciência aberta é destacado, pelo um ambiente participativo ativo e capacitador. Houve também a participação de governos subnacionais, do poder legislativo e de um órgão eleitoral autônomo.¹¹⁶ No entanto, o envolvimento geral com a sociedade civil diminuiu devido a dificuldades contínuas com o executivo.¹¹⁷ Em vários compromissos, os órgãos governamentais não estavam ativamente envolvidos ou estavam menos abertos a discutir criticamente as demandas da sociedade civil.¹¹⁸

Conformidade com os requisitos mínimos

O IRM avalia se os países membros cumpriram os requisitos mínimos dos Padrões de Participação e Co-criação da OGP para fins de revisão processual.¹¹⁹ Durante a cocriação, o Brasil agiu de acordo com o processo da OGP. Os dois requisitos mínimos listados abaixo devem atingir pelo menos o nível de "em andamento" para que um país tenha agido de acordo com o processo da OGP.

Chave:

- Verde = Atende ao padrão
- Amarelo = Em andamento (medidas foram tomadas, mas o padrão não foi atingido)
- Vermelho = Sem evidência de ação

Agiu de acordo com o processo da OGP durante o período de implementação?	
O governo manteve um repositório da OGP que está on-line, é atualizado pelo menos uma vez durante o ciclo do plano de ação e contém evidências do seu desenvolvimento e da implementação. O repositório de OGP do Brasil pode ser acessado em gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp e foi atualizado pelo menos trimestralmente durante o período de implementação do 5º Plano de Ação. ¹²⁰	Verde
O governo forneceu ao público informações sobre o plano de ação durante o período de implementação. Informações detalhadas sobre o progresso da implementação do compromisso foram publicadas em uma página web de compromisso individual em gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro . O repositório incluiu uma seção de notícias que publica informações relevantes sobre a implementação do plano de ação e outros avanços do governo aberto. ¹²¹	Verde

⁸⁹ O CIGA foi oficialmente estabelecido pelo "Decreto N.10, 160/2019," CIGA, 2019, acessado em 27 de março de 2024, <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/45169>.

⁹⁰ "Grupos de trabalho da sociedade civil," Controladoria-Geral da União (CGU), acessado em 27 de março de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-no-brasil/grupo-de-trabalho-da-sociedade-civil>.

⁹¹ "Segundo e terceiro grupos de trabalho da sociedade civil," Controladoria-Geral da União, acessado em 27 de março de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-no-brasil/grupo-de-trabalho-da-sociedade-civil>.

- ⁹² "OGP Participation and Co-Creation Standards," [Padrões de Participação e Co-criação da OGP], Open Government Partnership, 24 de novembro de 2021, <https://www.opengovpartnership.org/ogp-participation-co-creation-standards>.
- ⁹³ "5º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto do Brasil", Controladoria-Geral da União, 2021, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/5-plano-acao-nacional-30-03-2022.pdf>, p. 7.
- ⁹⁴ O segundo e o terceiro GT da Sociedade Civil deram continuidade ao avanço do processo de OGP do Brasil desde 2011. O Segundo GT da Sociedade Civil foi oficialmente estabelecido pela Portaria N. 3.414 de 14 de dezembro de 2018. O Terceiro GT da Sociedade Civil pela Portaria N. 732 de 13 de abril de 2022. Mais informações sobre os dois grupos de trabalho estão disponíveis em "Segundo e terceiro grupos de trabalho da sociedade civil," Controladoria-Geral da União.
- ⁹⁵ Para a composição do segundo GT da Sociedade Civil, consulte: "Portaria N. 3.414," Controladoria-Geral da União, 14 de dezembro de 2018, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/central-de-conteudo/documentos/portaria-de-nomeacao-do-gt-34142018.pdf>; para a composição do terceiro GT da Sociedade Civil, consulte "Segundo e terceiro grupos de trabalho da sociedade civil," Controladoria-Geral da União.
- ⁹⁶ O processo de seleção do segundo GT da Sociedade Civil pode ser visto em <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2018/cgu-lanca-edital-para-composicao-do-segundo-gt-da-sociedade-civil>, acessado em 1º de março de 2024.
- ⁹⁷ "Portaria N. 732", Controladoria-Geral da União, 13 de abril de 2022, <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-732-de-13-de-abril-de-2022-393682582>.
- ⁹⁸ Controladoria-Geral da União (CGU), entrevista com o pesquisador do IRM, 5 de abril de 2024.
- ⁹⁹ "5º Plano de Ação Nacional para Governo Aberto do Brasil," Controladoria-Geral da União; "Segundo e terceiro grupos de trabalho da sociedade civil," Controladoria-Geral da União.
- ¹⁰⁰ Luciana Tuzel, "Revisão do Plano de Ação do IRM: Brasil 2021-2023," Open Government Partnership, 10 de janeiro de 2024, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2024/01/Brazil_Action-Plan-Review_2021-2023_EN.pdf.
- ¹⁰¹ O repositório é mantido em <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto>, com evidências específicas para o 5º Plano de Ação disponíveis em <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro>, ambos acessados em 1º de março de 2024.
- ¹⁰² O portal de compromisso individual está disponível em <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro>, acessado em 27 de março de 2024.
- ¹⁰³ CGU, entrevista.
- ¹⁰⁴ Os participantes de cada reunião de monitoramento estão listados nas atas de reunião publicadas sob cada compromisso. Veja: "Repositório OGP do Brasil," Controladoria-Geral da União, acessado em 1 de março de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-no-brasil>.
- ¹⁰⁵ CGU, entrevista; Observatório do Código Florestal (OCF), entrevista pelo Pesquisador do IRM, 4 de março de 2024; "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União, 2023, https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/brazil-end-of-term-self-assessment_5p.pdf.
- ¹⁰⁶ CGU, entrevista.
- ¹⁰⁷ CGU, entrevista.
- ¹⁰⁸ Com base em notas de reuniões do GT da Sociedade Civil e do CIGA. A CGU confirmou que quatro coordenadores diferentes conduziram o processo do 5º Plano de Ação. Ver: "Repositório OGP Brasil," Controladoria-Geral da União; CGU, entrevista; CGU, correspondência com o Pesquisador do IRM, 9 de abril de 2024.
- ¹⁰⁹ OCF, entrevista; Transparência Brasil, correspondência com o pesquisador do IRM, 4 de março de 2024; "Open Government Review of Brazil: Towards an Integrated Open Government Agenda," Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2022, <https://doi.org/10.1787/3f9009d4-en>.
- ¹¹⁰ "Decreto N. 9.759," Planalto, 11 de abril de 2019, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9812.htm#art1.
- ¹¹¹ Christiana Soares de Freitas e Pedro Espailat, "Relatório de Resultados Transitórios do IRM: Brasil 2018-2020", Parceria para Governo Aberto, a ser publicado.
- ¹¹² CGU, entrevista; "Decreto N. 11.371," Planalto, 1º de janeiro de 2023, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11371.htm#art1. Esse decreto revogou o Decreto N. 9.759.
- ¹¹³ "5º Plano de Ação Nacional para Governo Aberto do Brasil," Controladoria-Geral da União, p. 7 e 17.
- ¹¹⁴ OCF, entrevista; Imaflora, entrevista; IBICT, entrevista; IBAMA, entrevista; Embrapa, entrevista; Transparência Brasil, correspondência.
- ¹¹⁵ Veja a avaliação dos Compromissos 8 e 9 em: De Freitas, "Relatório de Resultados Transitórios do IRM: Brasil 2018-2020", Parceria para Governo Aberto.
- ¹¹⁶ Veja a avaliação dos Compromissos 11 e 12 no Anexo I.
- ¹¹⁷ Transparência Brasil, correspondência; OCF, entrevista.
- ¹¹⁸ Com base na análise do IRM dos 12 compromissos, bem como em entrevistas com as partes interessadas da sociedade civil.
- ¹¹⁹ Observe que as futuras avaliações do IRM se concentrarão na conformidade com os Padrões de Co-criação e Participação da OGP atualizados que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022. Veja: "OGP Participation and Co-Creation Standards", Open Government Partnership, 24 de novembro de 2021.
- ¹²⁰ As evidências analisadas mostram que os relatórios de monitoramento e avanço foram publicados pelo menos trimestralmente para cada compromisso. Veja: "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União.
- ¹²¹ "News", Controladoria-Geral da União, acessado em 27 de março de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias>.

Seção IV. Metodologia e indicadores do IRM

Esse relatório apoia a responsabilização e o aprendizado dos membros por meio da avaliação (i) do nível de conclusão da implementação dos compromissos, (ii) dos resultados iniciais dos compromissos com alto nível de conclusão identificados como promissores ou que produziram resultados significativos por meio da implementação e (iii) das práticas de participação e cocriação ao longo do ciclo do plano de ação. O IRM iniciou o processo de pesquisa após o primeiro ano de implementação do plano de ação com o desenvolvimento de um plano de pesquisa, pesquisa documental preliminar e verificação das evidências fornecidas no repositório de OGP do país.¹²² Com base nessas ações, o IRM identificou os compromissos que sinalizavam os resultados mais fortes da implementação e aqueles que careciam de informações importantes a serem avaliadas.¹²³

Em 2022, a OGP lançou um processo de consulta para cocriar uma nova estratégia para 2023-2028.¹²⁴ O IRM revisitará seus produtos, processos e indicadores assim que a cocriação da estratégia estiver concluída. Até lá, os Relatórios de Resultados continuarão a avaliar os mesmos indicadores dos relatórios anteriores do IRM:

Conclusão

O IRM avalia o nível de conclusão de cada compromisso no plano de ação, incluindo os compromissos agrupados na Revisão do Plano de Ação.¹²⁵ O nível de conclusão de todos os compromissos é avaliado como um dos seguintes:

- *Sem evidência disponível*
- *Não iniciado*
- *Limitado*
- *Substancial*
- *Completo*

Resultados iniciais

O IRM avalia o nível de resultados alcançados com a implementação de compromissos que tenham uma clara perspectiva de governo aberto, um alto nível de conclusão ou que mostrem evidências de obtenção de resultados iniciais (conforme definido abaixo). Ele considera o objetivo esperado do compromisso ou grupo antes de sua implementação, o contexto específico do país no qual o compromisso ou grupo foi implementado, a área de política específica e as mudanças relatadas. No caso de compromissos agrupados, o nível de resultados é normalmente avaliado em nível de agrupamento, em vez de em nível de compromisso individual.

Na Revisão do Plano de Ação para o Plano de Ação 2021-2023 do Brasil, os Compromissos 5 e 10, referentes à abertura de dados agrícolas e à divulgação de dados de licenciamento ambiental, foram agrupados em "Governo Aberto e Meio Ambiente". A justificativa foi que ambos se mostram promissores no avanço do governo aberto em aspectos ambientais importantes e relacionados. Entretanto, a implementação desses compromissos variou amplamente. Dessa forma, este relatório de resultados não avalia esses compromissos como um grupo e realiza a avaliação dos resultados iniciais em nível individual.

O indicador de resultados iniciais estabelece três níveis de resultados:

- **Nenhum resultado digno de nota:** De acordo com as evidências coletadas por meio de pesquisa documental, entrevistas, etc., a implementação do compromisso de governo aberto levou a pouco ou nenhum resultado positivo. Após avaliar as atividades realizadas durante o período de implementação e seus resultados (se houver), o IRM não encontrou mudanças significativas no sentido de:
 - melhorar as práticas, políticas ou instituições que regem uma área de política ou dentro do setor público, ou
 - melhorar o ambiente propício para criar confiança entre os cidadãos e o Estado.
- **Resultados moderados:** De acordo com as evidências coletadas (por meio de pesquisa documental, entrevistas, etc.), a implementação do compromisso de governo aberto

levou a resultados positivos. Após avaliar as atividades realizadas durante o período de implementação e seus resultados, o IRM constatou mudanças significativas em relação a:

- melhorar as práticas, políticas ou instituições que regem uma área de política ou dentro do setor público, ou
 - melhorar o ambiente propício para criar confiança entre os cidadãos e o Estado.
- **Resultados significativos:** De acordo com as evidências coletadas (por meio de pesquisa documental, entrevistas, etc.), a implementação do compromisso de governo aberto levou a resultados positivos significativos. Após avaliar as atividades realizadas durante o período de implementação e seus resultados, o IRM constatou mudanças significativas em relação a:
 - melhorar as práticas, políticas ou instituições que regem uma área de política ou dentro do setor público, ou
 - melhorar o ambiente propício para criar confiança entre os cidadãos e o Estado.Resultados positivos significativos mostram expectativas claras de que essas mudanças (conforme definido acima) serão sustentáveis com o tempo.

Este relatório foi preparado pelo IRM em colaboração com Pedro Espailat e foi revisado pelo especialista externo do IRM Germán Emanuele. A metodologia do IRM, a qualidade do produto e o processo de revisão são supervisionados pelo Painel de Especialistas Internacionais (IEP) do IRM, cujos membros atuais incluem:

- Snjezana Bokulic
- Cesar Cruz-Rubio
- Mary Francoli
- Maha Jweid
- Rocio Moreno Lopez

Esse processo de revisão, inclusive o procedimento para incorporar os comentários recebidos, está descrito em maiores detalhes na Seção III do Manual de Procedimentos¹²⁶ e na Revisão do Plano de Ação do Brasil 2021-2023.¹²⁷ Para obter mais informações, consulte a seção "Visão Geral do IRM" no site da OGP.¹²⁸ Um glossário sobre os termos do IRM e da OGP está disponível no site da OGP.¹²⁹

¹²² "Repositório OGP Brasil," Controladoria-Geral da União, acessado em 1º de março de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro>.

¹²³ Para esses compromissos, as entrevistas e correspondências necessárias foram feitas da melhor forma possível para o IRM. Os detalhes estão documentados na narrativa e nas referências de cada compromisso. Para uma visão geral dos resultados iniciais do Plano e dos níveis de participação, o IRM só pôde entrevistar e se comunicar com duas organizações (Observatório do Código Florestal e Transparência Brasil) do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil e com a Controladoria-Geral da União (CGU), que coordena o Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA). A maioria das sete organizações do terceiro GT da Sociedade Civil, responsável pela implementação do plano de ação, foi contatada pelo Pesquisador do IRM em 25 de janeiro e 4 de fevereiro de 2024, mas não gerou nenhuma resposta.

¹²⁴ Veja: "Creating OGP's Future Together: Strategic Planning 2023-2028", Open Government Partnership, janeiro de 2023, <https://www.opengovpartnership.org/creating-ogps-future-together>.

¹²⁵ O IRM agrupa os compromissos que compartilham um objetivo de política comum durante o processo de Revisão do Plano de Ação. Nesses casos, o IRM avalia o "potencial de resultados" e os "resultados iniciais" em nível de grupo. O nível de conclusão é avaliado no nível do compromisso. Para obter mais informações sobre como o IRM agrupa os compromissos, consulte a Seção IV sobre Metodologia e Indicadores IRM da Revisão do Plano de Ação.

¹²⁶ "IRM Procedures Manual, v.3," Open Government Partnership, 16 de setembro de 2017, <https://www.opengovpartnership.org/documents/irm-procedures-manual>.

¹²⁷ Luciana Tuszal, "Revisão do Plano de Ação do IRM: Brasil 2021-2023," Open Government Partnership, 10 de janeiro de 2024, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2024/01/Brazil_Action-Plan-Review_2021-2023_EN.pdf.

¹²⁸ "IRM Overview", Open Government Partnership, acessado em 27 de março de 2024, <https://www.opengovpartnership.org/irm-guidance-overview>.

¹²⁹ "OGP Glossary," Open Government Partnership, acessado em 27 de março de 2024, <https://www.opengovpartnership.org/glossary>.

Anexo I. Dados por compromisso¹³⁰

Compromisso 1: Acesso a dados ambientais de qualidade

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">● Verificável: Sim● Tem uma visão de governo aberto? Sim● Potencial de resultados: Não está claro | <ul style="list-style-type: none">● Conclusão: Concluído● Resultados iniciais: Moderados |
|--|---|

Esse compromisso é avaliado na Seção II.

Compromisso 2: Orientação e padrões anticorrupção

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">● Verificável: Sim● Tem uma visão de governo aberto? Sim● Potencial de resultados: Não está claro | <ul style="list-style-type: none">● Conclusão: Limitada● Resultados iniciais: Nenhum resultado notável |
|--|---|

O compromisso 2 visava estabelecer um laboratório/repositório para aumentar a colaboração e o compartilhamento de conhecimento na luta contra a corrupção. O compromisso apresentou evidências de trabalho inicial em todos os seus seis marcos. As partes interessadas identificaram temas e subtemas específicos nos quais o compartilhamento de conhecimento e os materiais de referência deveriam ser criados e agrupados (por exemplo, contratação, eleições, obras e serviços públicos e fluxos de caixa do setor público), bem como a governança e a estrutura geral do repositório (Marcos 1 e 2).¹³¹ Até certo ponto, o compromisso identificou dados não disponíveis a serem priorizados (Marco 5), com destaque para dois itens relacionados a compras federais e emendas orçamentárias aprovadas pelo Congresso.¹³²

Essas atividades responderam parcialmente à avaliação do IRM na Revisão do Plano de Ação sobre o compromisso, que apontara a não identificação de ações específicas sobre quais temas e dados devem ser publicados.¹³³ No entanto, nenhum material de orientação baseado nesses temas foi produzido conforme estipulado (Marco 3), e os dados não disponíveis identificados foram limitados e definidos de forma ampla.¹³⁴ O resultado tangível do compromisso foi a criação do laboratório/repositório on-line (Marco 4)¹³⁵, mas o URL que hospeda o laboratório não estava funcionando.¹³⁶ A Controladoria-Geral da União (CGU) explicou que a estrutura foi criada, mas não foram carregados muitos materiais e a ferramenta não estava sendo usada. Por isso, ela foi retirada para repensar seu valor agregado.¹³⁷ De acordo com os participantes da sociedade civil, a alocação orçamentária limitada restringiu a ambição do compromisso a um exercício de compilação de informações, em vez da criação de uma ferramenta aberta e colaborativa para consolidar o entendimento, as legislações e outros materiais anticorrupção.¹³⁸ Sem um repositório ativo, não é possível promover seu uso e a produção de materiais por seus usuários (Marco 6). Considerando as evidências apresentadas e o laboratório/repositório que não está funcionando, o compromisso é avaliado como limitado em sua conclusão e sem resultados notáveis. De modo geral, o compromisso estabeleceu as bases para a identificação de temas, uma estrutura de governança inicial e as partes interessadas que podem ser aproveitadas para concluir uma ferramenta útil de conhecimento colaborativo na luta contra a corrupção.

Compromisso 3: Combate aos maus-tratos aos animais

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">● Verificável: Sim● Tem uma visão de governo aberto? Sim● Potencial de resultados: Não está claro | <ul style="list-style-type: none">● Conclusão: Substancial● Resultados iniciais: Moderados |
|--|---|

O Compromisso 3 identificou a falta de conscientização, de coordenação e de aplicação como alguns dos principais problemas para uma política eficaz contra os maus-tratos aos animais. Os Marcos 1, 3, 5 e 6 forneceram ações relacionadas ao engajamento dos atores, enquanto os Marcos 2, 3, 4, 5 e 6 reuniram as melhores práticas e padronizaram as informações, e o Marco 7 forneceu recomendações para reduzir a crueldade contra os animais.¹³⁹ O compromisso teve como foco de implementação a conscientização e o envolvimento dos atores.

Seis dos sete marcos foram concluídos ou tiveram avanços substanciais, o que resultou em uma campanha de mídia social sobre crueldade animal, novos treinamento e diretrizes, e seminários para discutir abertamente questões e práticas recomendadas.¹⁴⁰ Essas ações foram elaboradas com a participação do governo e da sociedade civil. Além disso, foram realizadas duas chamadas nacionais para os governos locais para entender as ações que eles estavam realizando para proteger os animais, especificamente cães e gatos.¹⁴¹ As chamadas receberam respostas de 440 municípios e forneceram uma visão mais clara das ações locais existentes e das deficiências que precisavam ser melhoradas.¹⁴² O compromisso gerou recomendações para que o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA) emitisse a Portaria MMA N. 288 em novembro de 2022,¹⁴³ que estabeleceu a Agenda Nacional de Proteção e Defesa de Cães e Gatos. As áreas prioritárias da portaria são definidas como controle populacional, cuidados médicos/veterinários e educação pública para a conscientização das responsabilidades. Ela também exige parcerias entre a sociedade civil, o setor privado e as instituições públicas em diferentes níveis de governo para implementar projetos e iniciativas relevantes.¹⁴⁴ O Marco 6, que buscava desenvolver um protocolo padrão para classificar maus-tratos a animais, não foi iniciado, o que o grupo de trabalho de compromisso atribuiu a conflitos de agenda e ao tempo limitado.¹⁴⁵

O compromisso teve resultados iniciais moderados, especificamente no engajamento de diferentes atores, no aumento da conscientização pública e na criação de espaços para a participação de diversas partes interessadas na discussão da agenda nacional. No entanto, os resultados do compromisso são entendidos como complementares às ações que o governo brasileiro empreendeu no combate aos maus-tratos aos animais (por exemplo, a agenda nacional) ou que estava planejando empreender (por exemplo, a criação do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos dos Animais em janeiro de 2023).¹⁴⁶ A Controladoria-Geral da União (CGU) destacou que o compromisso apresentou desafios na definição de seu escopo e na identificação de organizações da sociedade civil com interesse no tema e capacidade de fazer parte de um processo de OGP durante a cocriação.¹⁴⁷ Foi relatado que apenas uma organização participou ativamente.¹⁴⁸ A CGU também concordou que o compromisso era mais liderado pelo governo, mas atribuiu as deficiências participativas à novidade do tópico e à falta de maturidade das partes interessadas da sociedade civil envolvidas em participar de um processo de governo aberto.¹⁴⁹

Compromisso 4: Criação de banco de dados de violações de direitos humanos

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">● Verificável: Sim● Tem uma visão de governo aberto? Sim● Potencial de resultados: Modesto | <ul style="list-style-type: none">● Conclusão: Substancial● Resultados iniciais: Moderados |
|---|---|

As violações dos direitos humanos são uma questão premente no Brasil. Durante as eleições mais recentes, foi relatado que a proteção dos direitos humanos se deteriorou ainda mais.¹⁵⁰ Durante a cocriação, o compromisso identificou a falta de informações e indicadores sobre violações de direitos humanos de forma centralizada e acessível como o principal problema.¹⁵¹ Desde sua concepção, o compromisso foi vinculado a uma iniciativa política maior do Sistema Nacional Integrado de Direitos Humanos (SINDH).¹⁵² Por meio de seus oito marcos, o compromisso visava criar uma plataforma de observatório de direitos humanos que consolidasse dados de várias fontes, permitisse a integração e a padronização com sistemas já existentes e publicasse dados em um formato aberto e com a mais alta granularidade.¹⁵³ Os Marcos 1 a 3 trataram da definição dos recursos da plataforma, da taxonomia e do glossário de dados, além de uma lista mínima de elementos. A Portaria Ministerial N. 503 de 22 de fevereiro

de 2022 definiu o portal de conteúdo de direitos humanos e outros sistemas de direitos humanos como parte do SINDH.¹⁵⁴ Para a taxonomia, o trabalho foi marcado como concluído, dada a existência de um Manual de Taxonomia de Direitos Humanos que foi publicado durante o período de implementação do compromisso.¹⁵⁵ No entanto, esse trabalho faz parte de um projeto de melhoria de 2020 que avaliou vários sistemas que lidavam com queixas de direitos humanos.¹⁵⁶

Da mesma forma, a lista de elementos mínimos de dados foi marcada como concluída com base no trabalho realizado no projeto 2020 para padronizar esses elementos e na existência e publicação de dados de direitos humanos em um formato aberto por meio de diferentes sistemas/portais.¹⁵⁷ Os Marcos 4 e 5 trataram diretamente da definição e do envolvimento dos atores que alimentarão e usarão o observatório/portal, enquanto o Marco 6 teve como objetivo receber feedback desses atores por meio de testes-piloto. Assim como nos marcos anteriores, as estruturas estabelecidas do SINDH e o trabalho do projeto de 2020 foram dados como evidência de conclusão.¹⁵⁸ Os Marcos 7 e 8 referiam-se à publicação de um guia do usuário para o sistema e à entrega efetiva de um portal com um banco de dados de violações de direitos humanos, respectivamente. Para o Marco 7, há evidências de que o trabalho foi iniciado, mas nenhum guia de usuário final foi publicado.¹⁵⁹ O Marco 8 significou a entrega mais importante do compromisso, mas o lançamento do portal não ocorreu até o final do período de implementação.¹⁶⁰ No entanto, há evidências de que um portal de direitos humanos foi lançado em dezembro de 2023 por meio do ObservaDH.¹⁶¹

Embora a plataforma de direitos humanos tenha sido lançada um ano após o término do período de implementação (dezembro de 2023), trata-se de um portal de conteúdo com informações importantes, e não de uma plataforma com um banco de dados de violações de direitos humanos que seja granular, centralizado e tenha dados em formatos abertos, como o compromisso pretendia.¹⁶² O IRM não conseguiu obter entrevistas com o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, que liderou o compromisso, para esclarecer essa entrega.¹⁶³ Além disso, o compromisso não previa um projeto de consulta antecipada com os diferentes atores sobre a plataforma a ser lançada, conforme recomendado na Revisão do Plano de Ação.¹⁶⁴ Conforme reconhecido na autoavaliação do governo, a maior parte do trabalho foi realizada pelo órgão de coordenação.¹⁶⁵ Em geral, as evidências apresentadas refletem que o compromisso foi absorvido pelo trabalho realizado em outras partes do SINDH. No entanto, reconhece-se que esse trabalho geral elevou a governança dos sistemas de direitos humanos por meio do SINDH, melhorou os serviços aos cidadãos, centralizou as denúncias de violações de direitos humanos, bem como educou e aumentou a participação pública.¹⁶⁶ Dessa forma, o IRM considera que o compromisso teve resultados iniciais moderados.

Compromisso 5: Abertura de dados agrícolas

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">● Verificável: Sim● Tem uma visão de governo aberto? Sim● Potencial de resultados: Modesto | <ul style="list-style-type: none">● Conclusão: Substancial● Resultados iniciais: Resultados moderados |
|---|--|

O Compromisso 5 buscou abrir e integrar dados de cadeias de valor agrícolas. O acesso a dados agrícolas é uma prioridade constante para a sociedade civil, pois o setor representa uma parcela significativa do PIB brasileiro¹⁶⁷ e tem repercussões ambientais significativas. Há evidências de que foram realizadas ações para todos os marcos. Por exemplo, foi realizado um diagnóstico sobre as características e propriedades de 19 bancos de dados gerenciados pelas instituições governamentais participantes do compromisso (Marcos 1 e 2).¹⁶⁸ Também foi feita uma avaliação inicial dos riscos, do impacto e da viabilidade da abertura dos bancos de dados (Marco 3),¹⁶⁹ com um protocolo preliminar de metadados desenvolvido por meio do mapeamento de campos comuns entre os três principais produtores de dados comerciais agrícolas e pecuários (Marco 4).¹⁷⁰ No entanto, o protocolo de metadados não foi implementado, embora o líder do compromisso tenha mencionado que a Universidade de São Paulo, um pesquisador importante na esfera agrícola, tomou as medidas iniciais para adotá-lo.¹⁷¹ Em termos de abertura e integração real de bancos de dados (Marco 5), há evidências de

que novos conjuntos de dados foram adicionados ao portal de dados abertos do Brasil¹⁷², mas não foram integrados.¹⁷³

Um dos principais resultados foi a abertura dos limites de geolocalização das propriedades rurais do Cadastro Ambiental Rural.¹⁷⁴ O coordenador do compromisso expressou que, após a conclusão do mesmo, as principais percepções das conversas com as partes interessadas influenciaram informalmente o Ministério da Agricultura. Por exemplo, a ferramenta on-line do observatório agrícola brasileiro¹⁷⁵ agora inclui dados do cadastro rural e incorpora recursos de dados abertos e uma seção de metadados.¹⁷⁶ O banco de dados de crédito rural também foi incluído no observatório, mas ficou fora do período de avaliação do IRM para os primeiros resultados.¹⁷⁷ Esses dois bancos de dados eram as principais prioridades da sociedade civil.¹⁷⁸

Apesar desses avanços, o compromisso ficou aquém do que a sociedade civil considerava ser sua contribuição mais importante. Por exemplo, a sociedade civil enfatizou que os detalhes de propriedade das terras não foram divulgados no Cadastro Ambiental Rural, reduzindo a utilidade dos dados e não atendendo às suas solicitações expressas.¹⁷⁹ Além disso, um dos principais objetivos da sociedade civil dentro do compromisso era a abertura do banco de dados da Guia de Trânsito Animal (GTA), essencial para o monitoramento potencial de infrações ambientais no transporte de gado.¹⁸⁰ O Ministério da Agricultura, como administrador do banco de dados, respondeu que não havia possibilidade de abrir o GTA devido aos riscos para os produtores e às preocupações com a confidencialidade de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) do Brasil. Além disso, alegaram que a função principal do GTA era o monitoramento do saneamento e não o controle social e a supervisão de questões ambientais.¹⁸¹

A sociedade civil citou precedentes com bancos de dados semelhantes sobre desmatamento,¹⁸² mas considerou que o Ministério não foi receptivo.¹⁸³ O coordenador do compromisso esclareceu que esse foro se tornou um novo espaço de debate sobre o GTA, uma vez que já houve consultas jurídicas de organizações da sociedade civil solicitando a abertura do banco de dados.¹⁸⁴ Em sua opinião, essas conversas abertas e difíceis, embora às vezes tornem seu trabalho mais voltado para a resolução de conflitos, começaram a mudar as mentalidades, como as mudanças feitas no Observatório Agrícola Brasileiro, a criação de um grupo de trabalho para a integração dos sistemas de dados do setor rural e o estabelecimento da necessidade de incluir o Ministério Público e o Escritório Nacional de Proteção de Dados para tratar da disparidade de opiniões sobre a aplicação da LGPD.¹⁸⁵ Dado o contexto político e o período de implementação reduzido, o IRM considera que o Compromisso 5 alcançou resultados iniciais moderados ao promover discussões e avaliações sobre a abertura de dados agrícolas que resultaram na abertura de bancos de dados específicos e na geração de ideias que foram implementadas após o término do compromisso. No futuro, os órgãos federais relevantes poderiam avaliar melhor se a abertura de conjuntos de dados viola as disposições de sigilo e deveriam participar mais ativamente do processo do plano de ação nacional.

Compromisso 6: Transparência no uso de imóveis públicos federais

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">● Verificável: Sim● Tem uma visão de governo aberto? Sim● Potencial de resultados: Modesto | <ul style="list-style-type: none">● Conclusão: Limitada● Resultados iniciais: Nenhum resultado notável |
|---|---|

O compromisso visava solucionar a falta de informações integradas e reutilizáveis sobre o uso e a venda de propriedades federais. A transparência fundiária tem sido uma prioridade contínua e inicial nos planos de ação do Brasil,¹⁸⁶ com compromissos que buscam aumentar a transparência da informação sobre as propriedades rurais e urbanas por meio da criação de registros. Esse compromisso identificou especificamente a falta de transparência e de qualidade dos dados de propriedades federais.

Em sua concepção, o compromisso agrupou as partes interessadas relevantes para coordenar, integrar e melhorar os dados de propriedades federais. Apesar de reunir esses atores

relevantes, o compromisso teve conclusão limitada e nenhum resultado inicial notável. De acordo com a autoavaliação do governo e os relatórios de implementação do compromisso, a coordenação e a participação foram problemas contínuos, pois o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que administra a reforma agrária, teve participação limitada e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), responsável pela proteção dos direitos e interesses dos povos indígenas, não designou um representante para apoiar o compromisso.¹⁸⁷

No avanço do Marco 1, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que tem se empenhado em esforços contínuos de transparência,¹⁸⁸ realizou alguns trabalhos individualmente, aumentando a transparência e a disponibilidade de dados em um formato aberto.¹⁸⁹ No entanto, os Marcos 2, 3 e 4 sobre a integração de dados e a melhoria da governança tiveram pouco ou nenhum progresso.¹⁹⁰ Em geral, as evidências apontam para uma coordenação ineficaz entre as agências¹⁹¹ enquanto o plano não se concentrava em facilitar a participação civil nem o uso de dados,¹⁹² ações que tampouco foram abordadas na implementação.

Compromisso 7: Interoperabilidade e usabilidade dos dados de saúde

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">● Verificável: Sim● Tem uma visão de governo aberto? Sim● Potencial de resultados: Modesto | <ul style="list-style-type: none">● Conclusão: Limitada● Resultados iniciais: Nenhum resultado notável |
|---|---|

No Brasil, os governos federal, estadual e municipal monitoram diariamente 241 atividades econômicas em busca de riscos à saúde. Cada órgão pode definir sua própria prioridade, levando em conta as realidades regionais e locais.¹⁹³ O Compromisso 7 buscou harmonizar os padrões de dados de saúde entre os governos estaduais e os municípios brasileiros, melhorar a interoperabilidade dos sistemas e facilitar o monitoramento dos cidadãos por meio da publicação de diretrizes sobre os bancos de dados e os indicadores disponíveis.

O compromisso avançou consideravelmente o mapeamento das informações atuais e dos sistemas disponíveis que produziriam um catálogo de dados (Marco 1).¹⁹⁴ No entanto, ele não foi publicado durante o período de implementação do compromisso, conforme planejado.¹⁹⁵ O principal obstáculo para a publicação foi atribuído ao processo de validação pelos três níveis de governo envolvidos na vigilância da saúde.¹⁹⁶ Um representante da sociedade civil expressou que a publicação do catálogo deveria ter um peso mais significativo do que o que foi avaliado na avaliação final do compromisso.¹⁹⁷ Houve avanços iniciais na identificação de informações de interesse comum e protocolos para a integração de dados (Marcos 2, 3 e 4),¹⁹⁸ mas nenhum resultado final foi apresentado. Uma versão piloto de um observatório de saúde (Marco 5), que tinha como objetivo publicar informações de interesse público, não tinha um produto de transparência proativo, conforme destacado pelos representantes da sociedade civil.¹⁹⁹

O compromisso 7 foi altamente complexo devido ao número de atores no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Ele foi afetado negativamente pelo período reduzido de implementação, pela validação necessária pelos diferentes níveis de governo e pela falta de participação ativa de algumas partes.²⁰⁰ O IRM reconhece que um trabalho importante e demorado foi concluído, pois a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) pode agora cumprir sua meta declarada de manter o trabalho nos próximos anos.²⁰¹ Em geral, o compromisso não registrou resultados iniciais notáveis, mas poderia melhorar se a implementação continuasse além desse ciclo do plano de ação.

Compromisso 8: Promoção da ciência aberta

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">● Verificável: Sim● Tem uma visão de governo aberto? Sim● Potencial de resultados: Modesto | <ul style="list-style-type: none">● Conclusão: Substancial● Resultados iniciais: Moderados |
|---|---|

Esse compromisso é avaliado na Seção II.

Compromisso 9: Controle Social da Dívida Ativa²⁰²

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">● Verificável: Sim● Tem uma visão de governo aberto? Sim● Potencial de resultados: Não está claro | <ul style="list-style-type: none">● Conclusão: Concluído● Resultados iniciais: Moderados |
|--|---|

Como parte de seus esforços para combater a evasão fiscal, o governo brasileiro tem aumentado a transparência e o monitoramento por parte dos cidadãos. O governo já desenvolveu ferramentas on-line úteis para auxiliar nesse monitoramento fiscal.²⁰³ No entanto, há uma falta de conhecimento e de envolvimento com essas ferramentas e com as questões tributárias em geral.²⁰⁴ O foco do compromisso foi melhorar a comunicação e o envolvimento do público com dados sobre dívidas fiscais pendentes de pessoas físicas e jurídicas.

O compromisso envolveu a expansão dos dados disponíveis (Marco 1), a melhoria da comunicação sobre o acesso aos dados (Marco 2), a oferta de ações e materiais de instrução (Marco 3) e a implementação de mecanismos de acesso/engajamento (Marco 4). Há evidências de uma expansão dos dados de dívidas fiscais de estados e municípios para as ferramentas de monitoramento de dívidas fiscais do governo existentes.²⁰⁵ Além disso, o site do governo que fornece informações gerais sobre a dívida tributária foi reescrito em uma linguagem clara e amigável, com ferramentas de acessibilidade incorporadas.²⁰⁶ Além disso, uma sessão sobre dívida tributária foi incluída em um curso conduzido pela sociedade civil.²⁰⁷ Em termos de mecanismos, a sociedade civil e o governo concordaram em aproveitar a ferramenta de supervisão das OSCs, CruzaGrafos,²⁰⁸ para incluir os dados da dívida tributária. A CruzaGrafos é uma ferramenta on-line lançada em 2020 que permite o cruzamento de vários dados públicos e é voltada para jornalistas investigativos.²⁰⁹ Em sua atualização de setembro de 2023,²¹⁰ incluiu mais de 28 milhões de registros de dívidas tributárias facilitados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o principal órgão do compromisso.²¹¹

O IRM considera que o compromisso foi totalmente concluído. A autoavaliação oficial havia marcado o compromisso como não tendo trabalhado nos mecanismos de acesso/engajamento, pois incluía apenas o trabalho realizado até dezembro de 2022.²¹² Desde então (conforme declarado acima), há evidências desses mecanismos. Além disso, há evidências de participação e colaboração iterativas entre o governo e a sociedade civil. Houve alguns obstáculos de tempo e disponibilidade devido às eleições de 2022, o que fez com que uma OSC participante interrompesse seu envolvimento.²¹³ No entanto, esse trabalho foi retomado em 2023.²¹⁴

O IRM também reconhece o trabalho que a PGFN tem realizado desde 2020 para aumentar a transparência e a supervisão pública da dívida tributária. Por exemplo, seu aplicativo móvel "Dívida Aberta"²¹⁵ permite que cidadãos comuns verifiquem empresas com dívidas tributárias pendentes próximas a eles. Ele também permite escanear os códigos QR gerados pelos recibos fiscais das empresas para verificar se há dívidas fiscais.²¹⁶ Essas funcionalidades têm o objetivo de reduzir a evasão fiscal e incentivar o consumo responsável.²¹⁷ A ferramenta on-line, o aplicativo e a maioria das funcionalidades já existiam desde antes do quinto plano.²¹⁸ O compromisso obteve resultados iniciais moderados porque as ações tomadas foram complementares a esforços significativos anteriores e não garantem uma mudança social no uso de dados.

Compromisso 10: Divulgação de dados de licenciamento ambiental

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">● Verificável: Sim● Tem uma visão de governo aberto? Sim● Potencial de resultados: Modesto | <ul style="list-style-type: none">● Conclusão: Substancial● Resultados iniciais: Moderados |
|---|---|

Esse compromisso é avaliado na Seção II.

Compromisso 11: Melhoria dos dados abertos eleitorais

<ul style="list-style-type: none"> ● Verificável: Sim ● Tem uma visão de governo aberto? Sim ● Potencial de resultados: Não está claro 	<ul style="list-style-type: none"> ● Conclusão: Limitada ● Resultados iniciais: Moderados
<p>O Compromisso 11 teve como objetivo melhorar a tomada de decisões e a governança das políticas de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por meio de um conselho de usuários organizado para desenvolver recomendações sobre a melhoria dos dados eleitorais abertos de forma colaborativa.²¹⁹ A estrutura do Conselho de Usuários de Dados Abertos foi oficialmente estabelecida em julho de 2022 por meio da Portaria TSE nº 691.²²⁰ A portaria define os membros do conselho com representação clara de organizações relevantes da sociedade civil e com a possibilidade de participação de usuários cidadãos. Ela também estabelece claramente os deveres do conselho em fornecer recomendações, monitorar políticas e aconselhar o TSE a melhorar seus dados abertos. O conteúdo da portaria reflete diretamente o trabalho realizado no desenvolvimento do compromisso.²²¹ No entanto, o conselho não havia sido constituído durante o período de implementação.²²² De acordo com os representantes do TSE, a formação do conselho ainda estava em andamento,²²³ especialmente devido à dependência de quatro dos seis marcos do compromisso em relação ao estabelecimento real do conselho, que não foi realizado.²²⁴ Como em outros compromissos, o período de implementação mais curto representou um desafio, juntamente com o envolvimento ativo do TSE nos processos eleitorais.²²⁵ O IRM avalia esse compromisso como tendo registrado conclusão limitada e resultados iniciais moderados. A maioria dos marcos relativos ao aprimoramento real dos dados eleitorais abertos do TSE não foi iniciada. No entanto, o compromisso estabeleceu uma estrutura clara para o engajamento da sociedade civil e dos cidadãos comuns, ao mesmo tempo em que avançou na inclusão de outros níveis e poderes do governo em práticas de governo aberto, permitindo que o TSE coordenasse mais uma vez um compromisso dentro da estrutura da OGP. Concluir o estabelecimento e a seleção dos membros do conselho avançaria significativamente as metas de transparência do TSE e aumentaria a participação social.</p>	
<p>Compromisso 12: Melhoria da acessibilidade legislativa</p>	
<ul style="list-style-type: none"> ● Verificável: Sim ● Tem uma visão de governo aberto? Sim ● Potencial de resultados: Modesto 	<ul style="list-style-type: none"> ● Conclusão: Substancial ● Resultados iniciais: Moderados
<p>No plano de ação anterior, o Brasil se comprometeu a aumentar o acesso a diferentes segmentos sociais para que participem e sejam ativamente informados sobre o processo legislativo.²²⁶ O compromisso 12 buscava aumentar a acessibilidade para pessoas com deficiência por meio da implementação de eventos de treinamento/conscientização para funcionários e cidadãos, reduzindo as barreiras comportamentais, processuais e de comunicação, e aproveitando os recursos tecnológicos para a realização dessas ações.²²⁷ O IRM constatou que o compromisso foi substancialmente cumprido, apesar do período de implementação reduzido e das eleições em andamento na época. O compromisso avançou na identificação e disseminação das melhores práticas e ferramentas e na elaboração de materiais de orientação e treinamento.</p> <p>O Senado publicou um livreto que descreve os principais conceitos sobre deficiências, incluindo definições, barreiras, símbolos, legislação e dias importantes de conscientização.²²⁸ Além disso, um capítulo sobre acessibilidade foi incluído no Guia Parlamentar do Senado para a legislação de 2023-2027. Esse capítulo fornece aos senadores e funcionários informações detalhadas sobre acessibilidade física, recursos de mobilidade, comunicação acessível (como tradutores de Braille), programas atuais para empregar pessoas com deficiência e oportunidades de treinamento para promover a conscientização sobre acessibilidade.²²⁹ Além disso, as partes interessadas no compromisso, lideradas pela Câmara dos Deputados, desenvolveram um guia específico para eventos legislativos presenciais acessíveis.²³⁰ Como pretendido, o compromisso aumentou a conscientização e promoveu a participação de</p>	

pessoas com deficiência por meio de atividades de divulgação nas mídias sociais²³¹ e eventos on-line.²³²

O compromisso não concluiu o desenvolvimento de um guia para eventos legislativos on-line acessíveis²³³ e a criação de um plano de treinamento sobre acessibilidade com pessoas com deficiência ou organizações que as representem. Além disso, o IRM não encontrou evidências da implementação da Etapa 2, apesar de uma taxa de conclusão de 90% no relatório de autoavaliação do governo. Esse marco buscou adicionar recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência a uma plataforma de monitoramento legislativo já existente e administrada pela sociedade civil, o Parlametria.²³⁴

O compromisso alcançou resultados iniciais moderados por meio do avanço das atividades mencionadas anteriormente sobre a criação de diretrizes, disseminação de melhores práticas e conscientização. Além disso, o compromisso foi coordenado por um órgão legislativo municipal, o que é inédito no processo de OGP do Brasil. Também contou com a participação do Senado e da Câmara dos Deputados em nível federal, com o Senado desempenhando um papel ativo na implementação de vários marcos.²³⁵ Esses marcos avançaram simultaneamente na inclusão de outros níveis e setores do governo nas práticas de governo aberto, conforme recomendado em análises anteriores do IRM.²³⁶ O compromisso também se baseou nas realizações do Plano de Ação anterior, concentrando-se no incentivo à participação de um segmento importante da população e na redução de suas barreiras por meio de diretrizes institucionais.²³⁷ No entanto, o compromisso enfrentou desafios na coordenação de um ator aspiracional subnacional. Problemas de coordenação e especialização também contribuíram para os atrasos.²³⁸ Além disso, a coincidência com o período eleitoral afetou mais diretamente os esforços de coordenação desse compromisso. Devido a esses desafios, o avanço do compromisso refletiu versões mais rápidas e condensadas do trabalho planejado nos marcos.

¹³⁰ Notas editoriais:

1. Para compromissos que são agrupados: A avaliação do potencial de resultados e dos "Resultados Antecipados" é realizada no nível do grupo, e não no nível do compromisso individual.
2. Os títulos curtos dos compromissos podem ter sido editados para fins de brevidade. Para obter o texto completo dos compromissos, consulte: "OGP Participation and Co-Creation Standards," Open Government Partnership, 24 de novembro de 2021, <https://www.opengovpartnership.org/ogp-participation-co-creation-standards>.
3. Para obter mais informações sobre a avaliação da concepção dos compromissos, consulte: Luciana Tuszel, "Revisão do Plano de Ação do IRM: Brasil 2021-2023," Open Government Partnership, 10 de janeiro de 2024, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2024/01/Brazil_Action-Plan-Review_2021-2023_EN.pdf.

¹³¹ As evidências apresentadas para os Marcos 1 e 3 (mapeamento temático e produção de materiais de orientação temática) mostraram a identificação específica de temas. As evidências do Marco 2 mostraram um exercício inicial de estrutura de governança. Veja o Compromisso 2 em: "Repositório OGP do Brasil," Controladoria-Geral da União, acessado em 25 de março de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/50-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-2-combate-a-corrupcao/meio-ambiente-e-floresta-monitoramento-e-execucao>.

¹³² Ver Marco 5 do Compromisso 2 em: "Repositório OGP Brasil", Controladoria-Geral da União.

¹³³ Tuszel, "Revisão do Plano de Ação do IRM: Brasil 2021-2023", Parceria para Governo Aberto.

¹³⁴ O pesquisador do IRM analisou o repositório em busca de qualquer material de orientação existente e não encontrou nenhum. Essa revisão foi feita em 15 de janeiro de 2024. A evidência fornecida para o Marco 5 foi um documento de uma página que era amplo e não específico o suficiente para avançar os objetivos do compromisso. Veja as evidências gerais do Compromisso 2 e as evidências do Marco 5 em: "Repositório do Laboratório Anticorrupção," Controladoria-Geral da União, acessado em 25 de março de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/control-social/laboratorio-anticorrupcao/repositorio>.

¹³⁵ O anúncio da Controladoria-Geral da União (CGU) em 22 de dezembro de 2022 registrou a criação do Laboratório Anticorrupção. Consulte "Repositório do Laboratório Anticorrupção", Controladoria-Geral da União.

¹³⁶ O pesquisador do IRM verificou o status do URL em 13 de dezembro de 2023 e 25 de março de 2024. Consulte <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/control-social/laboratorio-anticorrupcao>.

¹³⁷ Controladoria-Geral da União, entrevista com o pesquisador do IRM, 18 de janeiro de 2024.

¹³⁸ Transparência Brasil, correspondência com o pesquisador do IRM, 4 de março de 2024.

¹³⁹ Consulte o Compromisso 3 em: "Repositório OGP Brasil," Controladoria-Geral da União, acessado em 25 de março de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/50-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-3-maus-tratos-a-animais/meio-ambiente-e-floresta-monitoramento-e-execucao>.

¹⁴⁰ Consulte as evidências dos Marcos 1, 4 e 5 no repositório. O referido seminário teve em sua agenda a discussão das melhores práticas (Marco 4) e o diálogo sobre o Registro Geral de Animais (Marco 5). Veja o Compromisso 3 em: "Repositório OGP Brasil", Controladoria-Geral da União.

¹⁴¹ Ver Compromisso 3 em: "Repositório OGP Brasil", Controladoria-Geral da União.

¹⁴² Os resultados iniciais do estudo foram compartilhados pelo Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais em seu site, consulte: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/sbio/dpda>, acessado em 11 de fevereiro de 2024.

¹⁴³ "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União, 2023, https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/brazil-end-of-term-self-assessment_5p.pdf.

¹⁴⁴ "Portaria N. 288," Ministério do Meio Ambiente, 11 de novembro de 2022, <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/mma-n-288-de-11-de-novembro-de-2022-443785030>.

¹⁴⁵ "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União; ver Compromisso 3 em: "Repositório OGP Brasil," Controladoria-Geral da União.

¹⁴⁶ O Decreto Presidencial N. 11.349 altera a estrutura do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas para incluir o departamento. Consulte "Decreto da Presidência da República N. 11.349," Planalto, 1º de janeiro de 2023, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11349.htm. Para uma explicação mais simples das alterações incluídas no decreto, consulte: V. de Paula, "Novos órgãos federais de promoção dos direitos animais," Consultor Jurídico, 4 de fevereiro de 2023, <https://www.conjur.com.br/2023-fev-04/vicente-jr-novos-orgaos-promocao-direitos-animais>. Esse novo órgão federal foi estabelecido paralelamente à implementação do compromisso, pois não apareceu em nenhuma discussão do grupo de trabalho. O IRM analisou todas as evidências na página do repositório do Compromisso 3 e não encontrou nenhuma menção à criação do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos dos Animais. Veja o Compromisso 3 em: "Repositório OGP Brasil," Controladoria-Geral da União.

¹⁴⁷ CGU, entrevista com o pesquisador do IRM, 9 de abril de 2024.

¹⁴⁸ CGU, entrevista, 9 de abril de 2024. O IRM também analisou evidências e atas de reuniões.

¹⁴⁹ O IRM tentou entrar em contato com o coordenador do compromisso por e-mail e com o participante da OSC da Ampara Animal pelo LinkedIn para obter mais esclarecimentos em 1º de abril de 2024, mas não obteve resposta. Considerou-se que a entrevista com a CGU e suas percepções específicas sobre o compromisso foram suficientes para concluir a avaliação.

¹⁵⁰ "Anistia Internacional: Brazil 2022," Amnesty International, acessado em 25 de março de 2024, <https://www.amnesty.org/en/location/americas/south-america/brazil/report-brazil/>. Especificamente, o relatório destaca como as investigações sobre violações de direitos humanos durante a pandemia foram arquivadas.

¹⁵¹ Consulte o Compromisso 4 em: "5º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto do Brasil", Controladoria-Geral da União, 2021, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/5-plano-acao-nacional-30-03-2022.pdf>.

¹⁵² Com base nos relatórios de monitoramento e conclusão do compromisso. Consulte o Compromisso 4 em: "Repositório OGP Brasil," Controladoria-Geral da União, 25 de março de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-4-direitos-humanos-e-dados-abertos/meio-ambiente-e-floresta-monitoramento-e-execucao>.

¹⁵³ Consulte o Compromisso 4 em: "5º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto do Brasil", Controladoria-Geral da União.

¹⁵⁴ O SINDH deve ser composto por: (1) o Portal de Conteúdo de Direitos Humanos, (2) o Sistema Nacional de Direitos Humanos, (3) o Sistema Integrado da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e (4) a Plataforma de Interação Social em Direitos Humanos. Consulte "Portaria N. 503," Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 21 de fevereiro de 2022, <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-503-de-21-de-fevereiro-de-2022-381740978>.

¹⁵⁵ "Manual da Taxonomia de Direitos Humanos da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos," Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acessado em 25 de março de 2024, <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/ondh/manual-da-taxonomia-de-direitos-humanos-da-ondh.pdf/view>.

¹⁵⁶ "Termos de referência N. 2/2020," Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 12 de novembro de 2020, <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/convenios-e-transferencias/TermodeExecuoDescentralizada.pdf>.

¹⁵⁷ Veja o Compromisso 4 em: "Repositório OGP do Brasil", Controladoria-Geral da União.

¹⁵⁸ A evidência no repositório para o Marco 4 é a Portaria 503. Para o Marco 5, as evidências são acordos de cooperação técnica, muitos dos quais são anteriores ao período de implementação do compromisso e estão relacionados a um projeto de melhoria de 2020. Para o Marco 6, são fornecidos vários links para as diferentes partes do sistema SINDH. Idem., Repositório do Brasil, Compromisso 4, Informações e documentos relacionados ao compromisso.

¹⁵⁹ No repositório, há dois links para vídeos explicativos sobre como acessar o SINDH. Entretanto, conforme explicado na narrativa do compromisso, a existência desses sistemas não está diretamente relacionada ao objetivo do compromisso e à criação de um portal de banco de dados de direitos humanos. Assim, os vídeos não cumprem o Marco 7, sobre a criação de um Manual do Usuário. Além disso, de acordo com a reunião final de monitoramento, um funcionário público foi contratado para finalizar o manual até dezembro de 2022, mas o IRM não conseguiu obter nenhuma evidência. Veja o Compromisso 4 em: "Repositório OGP do Brasil," Controladoria-Geral da União.

¹⁶⁰ A autoavaliação afirma claramente que o portal não foi lançado. Consulte "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União. O pesquisador do IRM também verificou o URL do observatório usando a ferramenta "wayback machine" e descobriu que ele entrou no ar em dezembro de 2023, após o período de avaliação do IRM.

¹⁶¹ Consulte <https://experience.arcgis.com/experience/6a0303b2817f482ab550dd024019f6f5>, acessado em 21 de março de 2024.

¹⁶² O pesquisador do IRM analisou o conteúdo do ObservaDH em 27 de fevereiro de 2024.

¹⁶³ O IRM tentou, em duas ocasiões distintas, coordenar uma entrevista com funcionários públicos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O pesquisador do IRM solicitou a assistência da CGU e foi informado de que eles não tinham um contato atualizado, mas que estavam trabalhando para obtê-lo. Nenhum contrato final foi fornecido. CGU, correspondência com o pesquisador do IRM, 31 de janeiro, 5, 13 e 20 de fevereiro de 2024.

¹⁶⁴ Tuszel, "Revisão do Plano de Ação do IRM: Brasil 2021-2023", Parceria para Governo Aberto.

¹⁶⁵ "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União.

¹⁶⁶ A própria Portaria N. 503 estabeleceu a governança e os diferentes sistemas do SINDH. Como parte do SINDH, um portal para os cidadãos acessarem os diferentes serviços e sistemas de direitos humanos foi lançado em 2022. Consulte <https://sndh.mdh.gov.br>, acessado em 27 de fevereiro de 2024. Uma plataforma com diferentes cursos sobre direitos humanos também foi lançada em 2022, consulte <https://plataformadh.mdh.gov.br>, acessado em 27 de fevereiro de 2024.

¹⁶⁷ Em 2020, o setor agrícola do Brasil representou 43,2% das exportações e foi o segundo setor com a maior contribuição para o crescimento do PIB. Tendências semelhantes foram mantidas para 2023. "VII Plano Diretor da Embrapa," <https://www.embrapa.br/vii-plano-diretor/a-agricultura-brasileira>; V. Abdala, "La economía brasileña creció un 2,9% en 2023 - Fue impulsada por una subida récord del 15,1% en el sector agrícola," [A economia brasileira cresceu 2,9% em 2023 - foi impulsionada por uma alta recorde de 15,1% no setor agrícola], Agência Brasil, março de 2024, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/es/economia/noticia/2024-03/la-economia-brasileña-crecio-un-29-en-2023>; IBAMA, entrevista; OCF, entrevista; Imaflora, entrevistas.

¹⁶⁸ Especificamente, 13 do Ministério da Agricultura, 5 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), 1 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e 1 do Banco Central. O diagnóstico avaliou campos como o tipo de informação disponível, a existência de dados georreferenciados, o intervalo de tempo disponível, a frequência de atualizações, a acessibilidade (on-line e se espalhada em várias fontes), a adesão a políticas de dados abertos, a capacidade de ser baixada e a integração com dados em nível estadual e outros bancos de dados relevantes. O diagnóstico dos possíveis bancos de dados do Compromisso 5 está em um documento do Excel disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-5-cadeias-agropecuarias-e-dados-abertos/diagnostico-das-bases-de-dados-consolidado-mapa-e-vinculadas-vf-1.xlsx>, acessado em 1º de março de 2024.

¹⁶⁹ A avaliação tinha dez perguntas, entre elas: se considerações de sigilo legal protegiam algum dos dados, se era uma demanda identificada do público, se os dados já estavam abertos e se os bancos de dados em sua forma atual incentivavam o monitoramento social. As evidências da avaliação podem ser encontradas em:

https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-5-cadeias-agropecuarias-e-dados-abertos/relatorio_marco_3_20221003.pdf, acessado em 1º de março de 2024.

¹⁷⁰ Os três produtores selecionados foram: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo - CEPEA/USP, a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, todas as instituições participantes do Compromisso 5. O protocolo foi denominado "Agricultural and Livestock Metadata Element Set Core (ALMESCore)". As evidências do trabalho para desenvolver o protocolo de metadados podem ser encontradas em https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-5-cadeias-agropecuarias-e-dados-abertos/relatorio_marco_4_final.pdf e em inglês em: https://onto4fair.github.io/presentations/2022/onto4FAIR_paper_7127_Building_Community.pdf, acessado em 1º de março de 2024.

¹⁷¹ Embrapa, entrevista com pesquisador do IRM, 21 de março de 2024.

¹⁷² A lista de conjuntos de dados e informações abertos durante 2022 é fornecida na Tabela 1 do relatório final sobre a abertura e integração de bases priorizadas do Compromisso 5 em: "Repositório OGP do Brasil," Controladoria-Geral da União; <https://dados.gov.br/home>.

¹⁷³ Essa visão foi relatada no quinto relatório de execução do compromisso, com uma pontuação de progresso de 0% (6 de outubro de 2022). Entretanto, no sexto relatório de execução (20 de dezembro de 2022) e na autoavaliação, a integração dos bancos de dados priorizados (Marco 5) foi marcada como concluída e justificada com o estabelecimento do Sistema Nacional de Gestão de Informação e Inteligência Agropecuária (SINAGRO), que busca integrar as informações agropecuárias produzidas pelo Ministério da Agricultura. No entanto, a criação do SINAGRO ocorreu no início da implementação do compromisso (30 de março de 2022), e a OSC entrevistada e o coordenador do compromisso destacaram que isso não fazia parte das discussões ou dos resultados do compromisso. Dadas as informações contraditórias apresentadas, o IRM concordou com as opiniões expressas pelos participantes do compromisso de que nenhuma integração de banco de dados ocorreu durante o período de implementação. Veja o Compromisso 5 em: "Repositório OGP Brasil," Controladoria-Geral da União; "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil," Controladoria-Geral da União; Embrapa, entrevista; Imaflora, entrevista.

¹⁷⁴ Ver Marco 5 do Compromisso 5 em: "Repositório OGP Brasil," Controladoria-Geral da União.

¹⁷⁵ Consulte <https://observatorio.agropecuaria.inmet.gov.br>.

¹⁷⁶ Embrapa, entrevista. O pesquisador do IRM usou a ferramenta wayback machine para confirmar que essas alterações foram adicionadas dentro do ciclo do plano de ação entre 22 de junho de 2022 e 2 de abril de 2023.

¹⁷⁷ O banco de dados de crédito rural pode ser acessado em: <https://observatorio.agropecuaria.inmet.gov.br/paineis-tematicos/?panel=credito-rural>, acessado em 21 de março de 2024. A ferramenta wayback machine mostrou que ela foi adicionada em 2024.

¹⁷⁸ Ver Marco 2 do Compromisso 5 em: "Repositório OGP do Brasil," Controladoria-Geral da União.

¹⁷⁹ Para as demandas de dados expressas, consulte o Marco 2 do Compromisso 5 em: "Repositório OGP do Brasil," Controladoria-Geral da União; OCF, entrevista.

¹⁸⁰ Imaflora, entrevista.

¹⁸¹ Ver Marco 5 do Compromisso 5 em: "Repositório OGP Brasil," Controladoria-Geral da União, p. 4; Imaflora, entrevista.

¹⁸² A sociedade civil argumentou que há um precedente com a Documentação de Origem Florestal (DOF) que abre informações sobre o transporte de madeira, e que os riscos de sigilo comercial podem ser mitigados pela forma como os dados são tratados e analisados, como feito pelos governos estaduais do Pará e de Minas Gerais. Imaflora, entrevista.

¹⁸³ Uma organização da sociedade civil comentou que o compromisso não acrescentou nada de novo ou impactante à discussão sobre a GTA, pois os argumentos já foram apresentados anteriormente, e que o Ministério da Agricultura continua a não ser receptivo às contribuições da sociedade civil sobre a GTA. Imaflora, entrevista.

¹⁸⁴ O coordenador do compromisso mencionou que o Ministério da Agricultura havia destacado uma decisão legal de 2019 sobre a não abertura do banco de dados do GTA como justificativa. O pesquisador do IRM confirmou que esse

era o caso, que também foi anexado às evidências do compromisso no repositório. Embrapa, entrevista; veja o Marco 3 do Compromisso 5 em: "Repositório OGP Brasil," Controladoria-Geral da União.

¹⁸⁵ Embrapa, entrevista; "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União.

¹⁸⁶ Consulte o Compromisso 1.9 no 2º Plano de Ação Nacional do Brasil em:

<https://www.opengovpartnership.org/documents/brazil-second-action-plan>; Compromisso 8 no 4º Plano de Ação em: <https://www.opengovpartnership.org/documents/brazil-national-action-plan-2018-2021>.

¹⁸⁷ "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União; Ver Compromisso 6 em: "Brazil OGP Repository," Controladoria-Geral da União; Transparência Brasil, correspondência.

¹⁸⁸ Por exemplo, a SPU lançou um aplicativo para facilitar o acesso aos dados de propriedades federais em 2021. Em novembro de 2023, após o período de avaliação do IRM, a SPU assinou um acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para avançar ainda mais na transparência das terras federais e na precisão dos dados. Os avanços feitos pela SPU refletem o compromisso positivo do órgão com a transparência mais do que quaisquer resultados trazidos pelo engajamento no compromisso. Consulte "Secretaria de Patrimônio da União lança aplicativo SPUApp," SPU, 5 de março de 2021, <https://irib.org.br/noticias/detalhes/secretaria-de-patrimonio-da-uniao-lanca-aplicativo-spuapp>; "Geocracia," IBGE, 20 de novembro de 2023, <https://geocracia.com/ibge-e-spu-fecham-acordo-para-fazer-censo-imobiliario-da-uniao>.

¹⁸⁹ "Dados Abertos," Ministério da Economia, acessado em 1º de março de 2024, <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos>; "Busca dos Imóveis," Ministério da Economia, acessado em 1º de março de 2024, <https://imoveisfederais.economia.gov.br/spin-web/#>.

¹⁹⁰ Ver Compromisso 6 em: "Repositório OGP do Brasil", Controladoria-Geral da União.

¹⁹¹ Consulte o Compromisso 6 em: "5º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto do Brasil", Controladoria-Geral da União; Transparência Brasil, correspondência.

¹⁹² Tuzzel, "Revisão do Plano de Ação do IRM: Brasil 2021-2023", Parceria para Governo Aberto.

¹⁹³ Consulte o Compromisso 7 em: "5º Plano de Ação Nacional do Brasil sobre Governo Aberto", Controladoria-Geral da União.

¹⁹⁴ O pesquisador do IRM não teve acesso aos documentos que mostram os avanços específicos na criação de um catálogo de dados para o Marco 1 do Compromisso 7. No entanto, a autoavaliação, os relatórios finais do compromisso e uma entrevista realizada com a CGU apontam consistentemente para o trabalho realizado nesse aspecto. Além disso, o pesquisador do IRM confirmou que houve uma chamada de contratante externo em 2022 para avançar o trabalho do compromisso, conforme mencionado nos relatórios finais do compromisso. Veja: "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União; Compromisso 7 em: "Repositório OGP do Brasil," Controladoria-Geral da União; CGU, entrevista; "Termos de Referência - Processo SEI 25351.935920/2021-24," ANVISA, 2022, https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2022/asnvs-seleciona-consultor-tecnico-especializado-no-campo-de-gestao-da-informacao-por-meio-de-projeto-de-cooperacao-entre-a-anvisa-e-o-pnud/ansvs-sei_25351-935920_2021_24.pdf.

¹⁹⁵ ANVISA, correspondência com pesquisador do IRM, 23, 29 de fevereiro e 11 de março de 2024: O compromisso concluiu oficialmente seu trabalho em dezembro de 2022. O período de avaliação do IRM foi estendido até agosto de 2023. O pesquisador do IRM não encontrou evidências de trabalho adicional realizado em 2023. Na autoavaliação do Compromisso 7, o Marco 1 (catálogo de dados) está marcado como concluído. O líder do compromisso da ANVISA foi contatado em três ocasiões para fornecer evidências da existência do catálogo de dados, sem nenhuma resposta.

¹⁹⁶ Consulte o Compromisso 7 e a ata da quarta reunião em 21 de novembro de 2022 em: "Repositório OGP do Brasil", Controladoria-Geral da União.

¹⁹⁷ A etapa 1 referia-se ao catálogo de dados e foi marcada com 95% de conclusão na autoavaliação final. Isso fez com que se atribuisse a publicação do catálogo apenas 5% de esforço na conclusão total. Veja o Compromisso 7 e a ata da quarta reunião em 21 de novembro de 2022 em: "Repositório OGP do Brasil", Controladoria-Geral da União.

¹⁹⁸ O pesquisador do IRM não teve acesso aos documentos específicos que mostram os avanços de cada marco. No entanto, a autoavaliação, os relatórios finais de compromisso e as notas de reunião apontam consistentemente para o trabalho realizado nesse aspecto. Veja: "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União; Compromisso 7 e Atas de Reuniões de Monitoramento em: "Repositório OGP do Brasil," Controladoria-Geral da União; CGU, entrevistas.

¹⁹⁹ "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União.

²⁰⁰ "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União; Compromisso 7 em: "Repositório OGP do Brasil," Controladoria-Geral da União; CGU, entrevista.

²⁰¹ "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União.

²⁰² O nome dado pelo IRM na Revisão do Plano de Ação para esse compromisso foi "Aumentar o uso de dados fiscais". Após a entrevista com a CGU, concordou-se que "dívida ativa" refletia melhor a meta do compromisso e a tradução do nome em português do compromisso, *Controle Social da Dívida Ativa*.

²⁰³ A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) lançou, em 2020, a ferramenta on-line Lista de Devedores da União e o aplicativo móvel que a acompanha. W. Máximo, "Governo lança aplicativo que lista devedores da União," Agência Brasil, 30 de janeiro de 2020, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-01/governo-lanca-aplicativo-que-lista-devedores-da-uniao>; "Lista de Devedores da PGFN," PGFN, acessado em 19 de fevereiro de 2024, <https://www.listadevedores.pgfn.gov.br>; "Dívida Aberta Aplicativo," PGFN, acessado em 19 de fevereiro de 2024, <https://www.gov.br/pt-br/apps/divida-aberta>.

²⁰⁴ Consulte o Compromisso 9 em: "5º Plano de Ação Nacional do Brasil sobre Governo Aberto", Controladoria-Geral da União.

²⁰⁵ O pesquisador do IRM confirmou que as informações do estado do Rio Grande do Sul foram incluídas na ferramenta on-line em <https://www.listadevedores.pgfn.gov.br> e no aplicativo [Dívida Aberta](#). De acordo com uma entrevista com a CGU e informações sobre os relatórios de compromisso, esse foi o primeiro estado a ser incluído nessas soluções. Ambas as ferramentas também incluem informações sobre a dívida tributária de outros estados e seus municípios. Ver "Lista de Devedores da PGFN," PGFN; CGU, entrevista; Compromisso 9 em: "Repositório OGP do Brasil," Controladoria-Geral da União, acessado em 19 de fevereiro de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo->

aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-9-controle-social-da-divida-ativa/meio-ambiente-e-floresta-monitoramento-e-execucaao.

²⁰⁶ De acordo com o relatório de monitoramento final do compromisso, essas alterações foram feitas como parte do compromisso. O pesquisador do IRM evidenciou que, em geral, a PGFN segue estratégias semelhantes de design e acessibilidade para seus outros sites fora do escopo do compromisso. "O que você precisa saber sobre dívida ativa da União e do FGTS." PGFN, acessado em 19 de fevereiro de 2024, <https://www.gov.br/pgfn/pt-br/assuntos/divida-ativa-da-uniao>; Compromisso 9 em: "Repositório OGP do Brasil", Controladoria-Geral da União.

²⁰⁷ O curso "Eleição, Democracia e Corrupção" da Abraji, Transparência Brasil e Konrad Adenauer Stiftung foi realizado em maio de 2022. Incluiu uma sessão sobre dados de dívidas tributárias ministrada pelo servidor público da PGFN responsável pelo compromisso. Veja "Abraji e Transparência Internacional - Brasil anunciam novo curso sobre eleições, democracia e corrupção," Abraji, 9 de maio de 2022, <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-e-transparencia-internacional-brasil-anunciam-novo-curso-sobre-eleicoes-democracia-e-corrupcao>.

²⁰⁸ Consulte a CruzaGrafos em <https://www.abraji.org.br/projetos/cruzagrafos>.

²⁰⁹ "CruzaGrafos recebe atualização com mais de 28 milhões de registros da dívida ativa da União," Abraji, 12 de setembro de 2023, <https://www.abraji.org.br/noticias/cruzagrafos-recebe-atualizacao-com-mais-de-28-milhoes-de-registros-da-divida-ativa-da-uniao>.

²¹⁰ CGU, entrevista: Embora as informações atualizadas tenham sido publicadas em 12 de setembro de 2023, o pesquisador do IRM confirmou que esse trabalho foi concluído durante o período do plano de ação.

²¹¹ "CruzaGrafos recebe atualização com mais de 28 milhões de registros da dívida ativa da União," Abraji.

²¹² "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União.

²¹³ Como proprietária da CruzaGrafos, a Abraji estava encarregada de implementar o Marco 4. No entanto, ela deixou o compromisso em setembro de 2022. CGU, entrevista: Por ser uma organização voluntária de jornalistas, a Abraji teve um tempo limitado durante o período eleitoral e precisou interromper seu envolvimento.

²¹⁴ CGU, entrevista; "CruzaGrafos recebe atualização com mais de 28 milhões de registros da dívida ativa da União", Abraji.

²¹⁵ O download do aplicativo pode ser feito em <https://www.gov.br/pt-br/apps/divida-aberta>, acessado em 23 de março de 2024.

²¹⁶ "Divida Aberta," PGFN, acessado em 1º de março de 2024, <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-aplicativo-divida-aberta>.

²¹⁷ Máximo, "Governo lança aplicativo que lista devedores da União", Agência Brasil.

²¹⁸ O pesquisador do IRM comparou um anúncio de janeiro de 2020 sobre o aplicativo móvel com a última descrição atualizada das funcionalidades do aplicativo no site da PGFN em março de 2023 e encontrou funcionalidades semelhantes. Consulte Máximo, "Governo lança aplicativo que lista devedores da União", Agência Brasil; "Divida Aberta", PGFN.

²¹⁹ Consulte o Compromisso 11 em: "5º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto do Brasil", Controladoria-Geral da União.

²²⁰ "Portaria N. 697," TSE, 27 de julho de 2022, <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2022/portaria-no-691-de-27-de-julho-de-2022>.

²²¹ Consulte os Marcos 1 e 2 do Compromisso 11 em: "Repositório OGP do Brasil," Controladoria-Geral da União, acessado em 27 de março de 2024, <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-11-participacao-social-para-melhoria-dos-dados-eleitorais-abertos/meio-ambiente-e-floresta-monitoramento-e-execucaao>.

²²² O Conselho de Usuários de Dados Abertos não foi constituído, pois ainda estava em processamento até 6 de fevereiro de 2024. O plano de ação foi oficialmente concluído em dezembro de 2022 e a avaliação do IRM dos resultados iniciais abrangeu o período até agosto de 2023. TSE, correspondência com o pesquisador do IRM, 6 de fevereiro de 2024.

²²³ TSE, correspondência.

²²⁴ "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União; Compromisso 11 em: "Brazil OGP Repository," Controladoria-Geral da União.

²²⁵ "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União.

²²⁶ Consulte o Compromisso 7 em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/central-de-conteudo/documentos/arquivos/2-plano-acao-brasil-2013-15.pdf>.

²²⁷ Consulte o Compromisso 12 em: "5º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto do Brasil", Controladoria-Geral da União.

²²⁸ "Cartilha sobre acessibilidade: Uma estrada para todos", Senado Federal, 2022, <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/600233>.

²²⁹ "Guia do Parlamentar 57ª Legislatura," Senado Federal, 2023, <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/guias/senadores/guia-do-parlamentar-2023>.

²³⁰ O guia foi desenvolvido por partes interessadas comprometidas: a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, a Fundação Dorina Nowill e o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo e está disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/guia-de-eventos-presenciais-com-acessibilidade>, 20 de junho de 2024.

²³¹ Veja evidências de campanhas e eventos de mídia social nos Marcos 8 e 9 do Compromisso 12 em: "Repositório OGP Brasil", Controladoria-Geral da União, acessado em 20 de junho de 2024.

²³² Dois eventos on-line realizados durante a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência no Brasil foram apresentados como evidência. Esses eventos relacionaram diretamente tópicos sobre pessoas com deficiência com órgãos legislativos (Marco 11). A gravação dos eventos pode ser encontrada em https://www.youtube.com/watch?v=dZJkXjOwa40&t=32s&ab_channel=TVSenado e https://www.youtube.com/watch?v=gePWgysNzO4&t=46s&ab_channel=TVSenado, acessados em 20 de junho de 2024.

²³³ O relatório de execução final do compromisso destacou que a Marco 3 (guia sobre eventos on-line acessíveis) estava sendo desenvolvida em conjunto com a Marco 7 (guia sobre eventos presenciais acessíveis). O pesquisador do

IRM analisou o guia publicado no Marco 7 e não encontrou nenhuma menção a eventos on-line. Além disso, o marco foi marcado com 5% de conclusão no relatório de autoavaliação do governo. Veja o Compromisso 12 em: "Repositório OGP do Brasil," Controladoria-Geral da União; "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil," Controladoria-Geral da União.

²³⁴ Senado Federal, correspondência com o pesquisador do IRM, 31 de janeiro e 20, 23, 26 de fevereiro de 2024: a plataforma parlametria.org.br foi escolhida no período de cocriação do plano de ação como a interface para o Marco 2. O pesquisador do IRM não encontrou evidências de avanços na ação descrita na própria plataforma ou no repositório de governo aberto do Brasil. O pesquisador do IRM entrou em contato com os administradores do Parlametria citados no site para pedir mais esclarecimentos. Após várias correspondências, foi identificado que o gerenciamento da plataforma foi entregue à organização Collaborative Advocacy Network. O pesquisador do IRM também entrou em contato com eles, mas não obteve resposta. Observa-se também que o site do Parlametria exibiu 2022 como o último ano de atualização após a verificação (31 de janeiro de 2024).

²³⁵ As evidências exibidas para os Marcos 5, 7 e 10 mostram documentos e avanços relativos ao Senado. Uma entrevista direta com a CGU também destacou a participação ativa do Senado. Veja o Compromisso 12 em: "Repositório OGP Brasil," Controladoria-Geral da União; CGU, entrevista.

²³⁶ Fabro Steibel, "Relatório de Projeto do IRM: Brasil 2018-2020," Open Government Partnership, 13 de outubro de 2020, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2020/10/Brazil_Design_Report_2018-2020_EN.pdf.

²³⁷ Consulte o Compromisso 7 em: Christiana Soares de Freitas e Pedro Espailat, "Relatório de Resultados Transitórios do IRM: Brasil 2018-2020", Parceria para Governo Aberto, a ser publicado.

²³⁸ O compromisso precisava do apoio do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, que foi integrado durante a implementação. Consulte "Relatório final de autoavaliação do 5º Plano de Ação do Brasil", Controladoria-Geral da União; CGU, entrevista.